

ESSENCIALISMO

Ensaio Essencialista – 03

Agosto 2006, revisado em janeiro 2009

Régis Alain Barbier

A FILOSOFIA ESSENCIALISTA DA LINGUAGEM

Por emanar de um sujeito pensante, a busca tende à unidade, apesar do que se pode dizer a respeito; divisões não ocorrem a não ser como metáforas.

SUMÁRIO

A FILOSOFIA ESSENCIALISTA DA LINGUAGEM

I. DO HOMO SAPIENS PHILOSOPHICUS

- INTRODUÇÃO
- INTRODUZINDO WITTGENSTEIN, AUSTIN, SEARLE, HABERMAS E O ATO DE FALA “ORTOLOCUTÓRIO”
- PREÂMBULO
- O CASO DAS EVIDÊNCIAS LÓGICAS
- SOBRE DISTINÇÕES E PERCEPTIBILIDADES NO PLANO GEOMÉTRICO E NOS ESPAÇOS HUMANISTAS
 - DA SINTONIA
 - DO SIGNIFICADO
 - DO SILÊNCIO

- DOS SENTIMENTOS
 - DA SABEDORIA
 - DA SIMPLICIDADE
 - DO SUJEITO
 - DAS SENSações
- DA ORDEM DO SILÊNCIO E DO MONGE
 - DOS FEITIÇOS DA LINGUAGEM

II. DO AUTOR DA PALAVRA

- DO PLANO MÍSTICO DO VERBUM AO PLANO DA AÇÃO HUMANA
- DA PRAGMÁTICA À PRAXEOLOGIA – funcionalidade e criteriologia
- DA FALSA DICOTOMIA - do valor e dos atos
- DO PROCESSO DA VERDADE
- DO ATO DE FALA ORTOLOCUTÓRIO

III. BIBLIOGRAFIA

A FILOSOFIA ESSENCIALISTA DA LINGUAGEM

Da natureza fenomenológica cosmo-existencial da essência evidenciada a partir de uma crítica aos argumentos da denominada “Filosofia da Linguagem”.

Régis Alain Barbier

I. DO HOMO SAPIENS PHILOSOPHICUS

INTRODUÇÃO

Nesse ensaio, será enfatizado que, em quaisquer das suas atividades, de poeta a cientista, o existente configura um estado-de-ser primordialmente enraizado, imerso, em inefabilidade, como numa ilha flutuante de seidade¹ circundada das orlas do mar aberto, mergulhado por inteiro na existencialidade - e atonicidade - da qual Wittgenstein quer se afastar, imaginando-a objetificada, nos termos da racionalidade, em algum lugar, entre os signos e os significados. Percepcionar e apontar algo significativo, implica, por necessidade, na cooperação funcional de todo o sistema sensorial, sentindo o mundo em primeiro lugar. Assim, se originam, naturalmente, todos os entendimentos: recebem-se significados complexos, transbordantes de

¹ Seidade: neologismo apontando o estado-de-ser genérico – humanidade – e contrastando com o estado-de-ser singular: ipseidade

sentidos, nos quais parte parece ser recebida e outra cedida. Sentidos e significados falando de interdependência e unicidade, revestidos de sentimentos indo de alegrias exuberantes a tristezas profundas, em tempos diversos e num tempo só; mas, igualmente, aptos a florir em serenidade e paz infinita. Não por sermos incapazes de discriminar e delimitar a totalidade desses sentidos e significados, que eles não fazem sentido, ou que não possam ser representados e comunicados: sentimentos e sentidos, primordialmente afetivos e estéticos se transmitem e se apontam, precisamente, por intermédio da poesia, da filosofia, da prosa, das metáforas, artes, danças, músicas e mitos.

Sentimentos e valores, qualidades, fazem sentidos plenos e profundos na condição de incluir o autor dos atos de fala nas dimensões e coordenadas da pesquisa – o que, genericamente, não fazem os filósofos da academia, presos a um paradigma cientificista dicotômico, em opiniões e pontos de vista facultativos, com frequência acreditando mitos imprudentes. É possível descobrir direcionamentos éticos hábeis, permitindo experiências pacíficas, criativas e consoladoras, em todas as circunstâncias, estabelecendo teorias e doutrinas de natureza estética e ética, e ao mesmo tempo, conseguir comunicá-las para que se tornem operantes. Portanto, aquilo que é vida, mas que não pode se pensar, nem expressar nos termos quantitativos da gramática, da lógica e da matemática, tampouco ser observado em pesquisas de campo, pode ser bem dito, afirmado e fazer sentido. O que é possível sentir, revelando-se plenamente significativo, pode, até mesmo, não ter necessidade de ser pensado nem dito; mas, assim mesmo, ser expressivo e comunicar veracidades lúcidas: “expressar-se” é uma atividade complexa. Por outro lado, “místico”, não é o que não pode ser pensado, ou analisado; mas sim o que pode ser conhecido e sentido plenamente, revelando a totalidade do significado possível a um ser humano, até a uma absoluta saturação, e ser expresso, modestamente, em forma de arte, estética e ética.

Existir realiza valores essenciais aptos a serem reconhecidos: descobrir-se melancólico, blasé, indiferente, distante, ou, então, alegre, entusiástico, associado e bom; reconhecer que ser mau é mau, e ser bom é bom, e assim escolher. Descobrir que não somos extrusões, vagas extrapolações do que é obtusamente “atômico”, espectadores desatentos, independentes ou separados do conjunto universal, sujeitos incertos e confusos, justificando-se no contexto, mas que podemos exercitar e realizar o que opinamos ser melhor: a humanidade e o mundo são, em parte, considerações fenomênicas dos nossos atos filosóficos e atos de fala, os seus significados dependem das nossas vontades e intenções. Amar é mais do que um signo impreciso e indefinido como “azulado” ou “avermelhado”: é a gratificação decorrente do respeito e reconhecimento de si mesmo e do outro, aos seus modos de ser e pensar; um respeito que não impede o diálogo - o surgimento de discordâncias não implica no surgimento de desrespeito, e sim na acentuação da verdade à luz da razão.

Estamos no mundo como verbo e nome, agente e objeto, e precisamos aprender a fazer o que for possível para nele viver bem. De um ponto de vista abrangente e ponderado, sem reducionismos nem extrapolações, a característica fundamental do fenômeno linguístico é ser *formador*: existe uma relação criativa entre os próprios pontos de vista e paradigmas filosóficos, galgados em experiências culturais específicas, com as formas linguísticas, as praxeologias e estruturas

societárias, os *universais* desvendados. Filosofar não é essencialmente uma atividade administrativa e de reconhecimento, potencializada por instrumentos gramaticais, matemáticos e registros de pesquisas: trata-se antes de tudo de sentir em profundidade, atribuir significados e critérios de valores a esses dados do sentir, e, na sequência, descortinar rumos, para, finalmente, expressar uma vontade motivada, buscando uma vida mais sábia. Filosofar é sentir e agir com lucidez, operando três atos: (1) estabelecer uma doutrina revelando mais virtude, unicidade e integração, em busca de uma experiência eco-humanista responsável; (2) agir e tentar viver de acordo com essa doutrina, buscar uma integridade e harmonização entre o que se pensa, conceitua e vive; (3) inserir essa doutrina no universo teórico-filosófico, operando mudanças dialógicas com participação e inclusão criativa daqueles que possam e queiram.

INTRODUZINDO WITTGENSTEIN, AUSTIN, SEARLE, HABERMAS E O ATO DE FALA “ORTOLOCUTÓRIO”

Wittgenstein não aborda a linguagem sob o ponto de vista da sua origem, como aptidão filogenética progressiva; tampouco do ponto de vista da sua história, evolução antropológica das línguas, predominância social e desenvolvimento tipológico; nem mesmo estuda sua funcionalidade sistêmica, a pragmática [como, posteriormente, farão Austin, e de uma forma mais sociológica, Habermas], no sentido de se interessar em desvendar, ao vivo, como está sendo utilizada nas ruas, se harmoniza com o falante, sua mímica, gestos, emoções, expectativas, usos e costumes, ou como se refere aos graus de perspicácia e paradigmas. Wittgenstein não se interessa, especificamente, pelos aspectos sintaxiológicos que investigam as relações de concordância no interior da frase, ou à estrutura que interliga os elementos das sentenças. Utilizando-se de uma terminologia saussuriana², esse autor não tem interesse pelos aspectos *diacrônicos* da linguagem, i.e., pela sua evolução através do tempo; interessa-se pelos aspectos coexistenciais e sincrônicos da linguagem, considerada no momento, independentemente da sua evolução. No âmbito dessa sincronia - a linguagem como fenômeno *sendo aí* - focaliza o seu interesse no estudo da *semiótica* [do gr. *semeiotiké* (*téchne*), “a arte dos sinais”]; contudo, menos nos aspectos *semânticos*, propriamente ditos, que nos aspectos *semiológicos*, de modo específico.

Do ponto de vista da semântica, a *onomasiologia*³, ou estudo das expressões, ainda não configura o ponto focal do seu estudo, a não ser na preocupação relativa à univocidade e precisão das suas explanações e exemplificações. A *semasiologia* [do gr. *sémasía*: “significação de uma palavra” + -o- + -logia] caracteriza melhor o seu argumento de busca – como o estudo das relações entre sinais/símbolos e aquilo que eles representam, i.e., estuda o sentido das palavras, partindo do significante (do nome ou do termo) para estudar o significado (o conceito, ou noção). Mas, essa elevação do termo, como palavra, até à ideia, noção ou conceito, ainda não é, precisamente, o que Wittgenstein investiga: idealizando e racionalizando o enfoque - seguindo os passos de Frege – ele busca descortinar como o signo se aglutina ao seu significado, à realidade

² Saussuriana: de Ferdinand de Saussure (1857-1913).

³ Do gr. *onómasis*: “designação nominal”, + -o- + -logia.]. i.e., o estudo das expressões de que dispõe uma língua para traduzir determinada noção, e que parte do *significado* (do conceito ou noção), busca correlações com o *significante* (o termo utilizado apontando o sentido).

apontada, ao referente; contudo, não, precisamente, do ponto de vista psicolinguístico, correlatando o conceito aos termos; do ponto de vista semiológico, relacionando o termo ao fato concreto, ao objeto. Caracterizando com clareza cartesiana o intento de Wittgenstein: ele se interessa pelas ligações dos [a] conceitos, ou noções], passando pelos [b] termos, ou palavras], até apontar [c] o real e o concreto, a realidade], em busca de uma hipotética “substancialidade lógico-matemática” coligando essas manifestações como nas proposições de um silogismo conclusivo, onde a premissa maior seria, genericamente, (a) a noção; a premissa menor (b) o termo [no caso um “nome” ou “substantivo” apontando algo “substancial”], e a (c) conclusão, o hipotético “ligante atômico”, apegando, numa substancialidade lógico-matemática, (“a” e “b”) a (c), desenhando uma via unitária entre (“a”, “b”, “c”). Uma racionalidade mal sucedida, *a fortiori*, onde a carência de evidência do insight fundador (a possibilidade de existir essa “substancialidade atômica”) não é, desde o início, mais provável de que a existência de um deus teísta, criador de mundos, e cuja conclusão, revela ser tão ambígua – tautológica, num nível mais profundo - e improvável quanto ao insight inicial.

Tal configuração teórica apresenta problemas, a maior parte decorrentes de pressuposições (perspectivas civilizatórias, paradigmas e mitologia), servindo de base, ou fundamento facilitador de admissibilidade e credibilidade. Havendo sintonia, ocorrendo e vigendo, no âmbito educativo onde as noções do *Tractatus Logico-Philosophicus*⁴ sejam divulgadas, a mesma constelação de pressuposição, a aprendizagem resultante tenderá a ser assimilada como uma forma de idealismo platônico, híbrida e concreta⁵ e de hilemorfismo aristotélico, porém, de extensões metafísicas podadas e invertidas, em favor de axiomas enraizados em conceitos epistemológicos e científicos. Não havendo uma comunhão pré-conceitual de perspectiva civilizatória entre o leitor e o autor, o *Tractatus*, além de uma intrínseca infecundidade⁶, dará a impressão de ser a palavra de um homem tensionado entre: uma forte tradição dualista, teísta, e um ânimo racional, treinado para desconsiderar outras *epistemes* e perspectivas, *a priori* concebidas como inválidas; buscando harmonizar esses determinismos, talhando argumentos adequados à sustentação das suas teorias no conjunto dos eventos e do saber, apesar dos reducionismos e eventuais dogmatismos.

Em entendimentos subsequentes, John Langshaw Austin (1911 - 1960) revela prudência: ele começa a análise da linguagem com a *Teoria dos Performativos* separando o que chama 1) “*Proferimentos Constatativos*” de 2) “*Proferimentos Performativos*”. Em sua busca, e método, ele reconhece que a fala é factitiva ou causativa, exigindo contextualização e conhecimentos além dos tipicamente linguísticos para ser devidamente compreendida. Em Austin, a reconfiguração da linguagem no seu contexto, não como “jogo de linguagem”⁷, mas sim como *ato humano de entendimento*, evolui, aliada a uma crítica ao racionalismo cientificista imperando nos *laboratórios linguísticos* neopositivistas. *Primeiro*: Austin assume perspectivas nominalistas e

⁴ Ver bibliografia.

⁵ Um pouco no sentido hegeliano – de efetivamente “concreto e real” em decorrência de uma potente universalidade; e, por extensão, como no concretismo das artes plásticas onde o abstrato se materializa em formas geométricas e cores artificiais.

⁶ 6.54: “*my propositions serve as elucidations in the following way: anyone who understands me eventually recognizes them as nonsensical*”; 7: “*what we cannot speak about we must pass over in silence*”.

⁷ Como em Wittgenstein: jogos imperfeitos (porque naturais e humanos), expressões impuras das regras lógico-matemáticas (como “coordenadas místicas”).

conceitualistas: os universais não são entidades encontráveis no mundo das ideias, em outro astral, com reflexões na esfera linguística: são conceitos definidos nas suas relações com particulares; os universais são abstrações, não necessariamente apontando coisas, mas sim ideias (próprias ou convencionais) sobre as coisas. *Segundo*: Austin refuta a noção de que as palavras sejam substancialmente nomes próprios, substantivos: dizendo, de alguma forma, não haver necessidade que uma palavra esteja apontando um corpo objetivo para ser significativa, ou expressar uma experiência valiosa. Para Austin, tratar conceitos e termos como se fossem etiquetas ou rótulos torna-se incompreensível, uma vez que conceitos e termos são forjados em processos de compreensão complexos, tecidos entre humanos experienciando o mundo. *Terceiro*: Austin rejeita a ideia de que algo substancial esteja estabelecendo relação entre sinal e referente, aquele sendo apontado ou sinalizado⁸; o que existe é uma compreensão contextualizada. A partir desses insights e posicionamentos mais independentes, Austin recomeça a busca com um novo paradigma. Ele se firma na ideia que de a Filosofia da Linguagem é, antes de tudo, tributária da praxiologia como teoria epistemológica estudando a ação humana, o comportamento, atos de fala, não sendo cientificista, tributária do método científico, lógico-matemático, tampouco envolta em vagos esoterismos. Com Habermas, J. (1929 -), na sua *Pragmática Universal*, a Teoria dos Atos de Fala de Austin e Searle, modifica-se numa estruturação derivada, elaborada sem as preocupações ideológicas wittgensteinianas, mas destacando e modulando princípios linguísticos por ele descritos como “perenes e de valores universais”, incluindo aspetos sociopolíticos.

A esses princípios, agrego um *ato de fala Ortolocutório*, demonstrando que falar é uma performance impregnando o real de mandos atuantes: dos ditos, propagados, e não ditos - segredos destilados nos comitês e nas *arrière-pensées*. Portanto, como ser capaz de fortemente agir sobre si mesmo, contexto e ambiente, o ser humano é cocriador: nesse processo de construção, a lucidez e lisura da intenção que melhor garante a veracidade da relação íntima entre o ser como essência, suas descrições e virtudes resultantes.

PREÂMBULO

“O *Tractatus Logico-philosophicus* é um livro com cerca de oitenta páginas de aforismos numerados. O estilo oracular desses aforismos, tão sugestivos quanto ambíguos, e um insuficiente esclarecimento da maneira como devemos relacioná-los entre si, torna o entendimento quase impossível na falta de uma maior familiaridade com o contexto no qual eles foram formulados”. Filosofia da linguagem/ C. Costa – 2ª ed. Zahar; pág 25.

Vivendo em circunstâncias, principio esta explanação a partir de um livro conhecido, encontrado nas prateleiras das livrarias, citado em programas escolares e recomendado nos cursos de filosofia: “C. Costa; *Filosofia da Linguagem*. 2ª ed. RJ: Jorge Zahar Ed., 2003”. Todos os fios adentram a intimidade da trama – ou, como diziam os arautos da escolástica, “todos os

⁸ Não há uma perna ou fio físico apto a ser denominado de “corpo coligativo do sentido”, ou outra expressão semelhante, fechando circuitos entre símbolos e realidade.

caminhos levam a Roma” – e de Roma a Atenas e de Atenas a Éfeso onde jamais se atravessa um rio duas vezes⁹. Outras referências estão mencionadas na bibliografia.

No âmbito da Filosofia da Linguagem, além das dificuldades patognomônicas, não se consegue precisamente delimitar a contribuição dos filósofos basilares, Frege G. (1842-1925), Russell, B. (1872-1970) e Wittgenstein, L. (1889-1951): esses autores se atualizam uns com os outros, superpondo elementos teóricos importantes. O assunto é fortemente associado aos discursos de Frege, Moore, G. E. (1873-1958) e Russell, evoluindo com raízes no idealismo, transformando-se e modificando-se, até resultar num neopositivismo lógico. Nessas análises, a mundividência idealista, contestando a matriz criativa intrínseca da natureza, concretizou-se num *neopositivismo filosófico*, numa estrutura geométrica matemática afastada dos aspetos fenomenológicos, existenciais. A exclusividade e depuração conceitual da abordagem linguística são tão reducentes que invalidam a intenção filosófica, de fato, instalando estruturas em *loci* incôgruos, apontando para planos e esferas filosóficas insustentáveis, clamando a necessidade de enfatizar: não existe uma *Filosofia da Linguagem* no sentido pleno. Os reducionismos dessa dita Filosofia da linguagem não fazem sentido satisfatório, *qua-filosofia*, ainda mais quando contrastada com os entendimentos da Filosofia Essencialista, de embasamentos naturalistas, realístico, monístico, fenomenológico existencial e eco-humanista¹⁰, gnoseologicamente recorrendo a todos os recursos cognitivos, com derivações prudentes na esfera abstrata e surreal das intuições: fazendo uma filosofia ampliada, situada e não reduzida às funções lógicas da racionalidade calculista. Estaria a realidade, abordada de frente, menos fundamental, mais difícil e sofrida de se experienciar e comentar, de que perscrutar hipotéticas articulações estruturais com os aparelhos da descoberta e os filtros cognitivos matemático-lógicos? Uma observação dissecada, destituída das suas perspectivas existenciais, gerando conformações teóricas extrapoladas ou reduzidas, distorcidas, e, ultimamente, dogmáticas em relação aos pretendidos insights filosóficos, não pode representar com veracidade a realidade assimilada e apreendida, na sua presença plena, no seu estado-de-ser poético, inefável nas suas profundezas, mas exsudando significados caudalosos, sulcando esteticidade e eticidade nos seus desdobramentos. Linguagem é um instrumento comunitário, formador, revelando por igual, mundo e ser, empossando a humanidade de um poder, o poder de ser humano. É ao estudo amplo, respeitado e devidamente reconhecido, do âmbito linguístico a que é justificado referir-se como: filosofia essencial da linguagem.

O trabalho de Wittgenstein não se refere ao estudo da plenitude viva da linguagem, como se manifestando no contexto original, naturalista e humanista, mas tenta aplicar uma conceitualização lógica da matemática e suas formulações ao estudo das proposições linguísticas. Assim procedendo, ele espera enquadrar as ideias, a linguagem e o pensamento, em cálculos filosóficos, e, como informa, “matar a busca filosófica e o ceticismo” - esse ceticismo induzindo pasmo e admiração, reverente aos modestos, ponderados e prudentes, mas causando inquietação ao revelar a impreterível trama de incognoscibilidade e ignorância circunjacente a

⁹ Ver, no fim deste ensaio, a nota referente ao livro de Costa, C. escolhido como ponto de partida.

¹⁰ “Naturalista” e “realista”, num sentido ancorado à escala eco-humanista, e não ao sentido reduzido do fiscalismo; “monístico”, deliberando filosofar sem extrapolar na invocação de *agências sobrenaturais* e apriorísticas; finalmente, “eco-humanista”, elaborando um discurso com alcance ecológico, social e político.

todas as convicções e fé. Wittgenstein entende que os números e fórmulas transitam *quantidades* (graus, intensidade, direções, posições, etc.), mas não parece disposto a reconhecer que a linguagem é tão qualitativa e complexa quanto a vida humana: a fala é criativa e operante, *arché* e *physis*, arco e violino, e, assim sendo, não se refere, originalmente e em primeiro lugar, às “coisas”, mas sim aos sentimentos e motivações do estado-de-ser, fenômenos que não possuem peso nem tamanho. Sentimentos são a substância singular, natural e privada da inteligência, mas conhecida universalmente. Qualidades afetivas são, claramente, reveladas pelo intermédio da ética aplicada, não podem integrar casuísticas desprovidas de virtude. Ser honesto, sincero, verdadeiro, confiar, apresentar-se com veracidade, é o modo essencial dessa lógica linguística incalculável. É evidente que apenas em Veritânia¹¹, onde todos são confiáveis, honestos e verdadeiros, seria possível empreender pesquisas e estatísticas, investigações lógico-matemáticas acerca da prevalência dos sentimentos, i.e., “cálculos filosóficos”.

O estudo de Wittgenstein direciona a uma configuração filosófico-linguística, como um platonismo horizontal, marcado pela objetividade transcendente das ideias, onde as proposições necessitam, de acordo com os encaminhamentos da teoria, possuir alguma virtude independente, para cumprir as exigências dos postulados. *Nomes* se imaginam como sinais específicos rigorosos, conectados aos objetos através de uma propriedade singular de natureza lógico-matemática, misteriosa, inapta à descrição, como um olho que não se descreve, um sujeito que não se enxerga. Um fenômeno de coligação se efetuando entre o “sinal/abstrato” e o “objeto/concreto”; mas, exigindo, para operar, um “estado de coisa” quantificável, com um grau definido de concretude e objetividade ponderal. Para resultar positivo, os sinais linguísticos necessitam coligar “quantidades objetivas”, isto é, serem essencialmente nomes, substantivos apontando matéria sensorial; para ele, a “substância” aponta coisas e objetos: é a unidade filosófico-lógica legítima do pensamento corretamente dirigido e aplicado. Esse “estado de coisa”, abordagem dedicada aos substantivos, nominais e objetos, tende a desconsiderar o que mais significa na vida real, os advérbios, os adjetivos, nuances e sentimentos. No *Tractatus*, a representação linguística de um sentimento, como a dor, é apontada como fenômeno sem substrato concreto, algo “gramatical”, um “jogo de linguagem” realizado fora do âmbito lógico-matemático exato e verdadeiro, – “*não é que ‘dores e sentimentos’ não existam, é que com ou sem dores e sentimentos, a gramática regulando os jogos é idêntica*”.

Poucas décadas depois, tornar-se-á mais claro que Wittgenstein estava descrevendo uma aplicação específica do processo comunicativo, num intento gravitando como peça ainda desconjuntada de um imenso quebra-cabeça, na direção do âmbito e corpo conceptual hoje denominado *Inteligência Artificial*, genericamente, o estudo das faculdades mentais através do uso de modelos, associados à Informática, ciência que visa o tratamento da informação através do uso de equipamentos e procedimentos na área de processamento de dados. Tratava-se da descrição de uma linguagem de máquinas e robôs, incapaz de delinear o estado-de-ser humano nos potenciais apontados pelos filósofos. Trabalhando num intento tecnicista, buscando, sem uma clara definição dos objetivos, as regras de uma “linguagem” eficiente para comandar o

¹¹ *Veritânia*, lugar hipotético e utópico da justa virtude, similar à *Ruritânia* do economista austríaco Ludwig Von Mises, o país dos valores reais e lastrados.

mundo mecatrônico das coisas e robôs da indústria e comércio, Wittgenstein imaginava estar percorrendo um âmbito apto a ponderar o valor essencial da experiência filosófica. O elevado grau de especialização, a fragmentação acentuada das várias áreas do saber, a ausência de uma visão de conjunto, o conflito mundial imperando no início do século XX, não permitiam o afloramento da organização contextual necessária onde pudesse germinar o insight permitindo pôr essas correlações lógico-matemáticas aplicadas à lingüística, nos limites e enquadramentos adequados, sem extrapolações: o âmbito científico, cibernético. A conceitualização necessária ao entendimento adequado desse esboço teórico, como parte de um instrumental não fundamentalmente relacionado a princípios filosóficos, não existia: desenhou-se devagar¹². Essas ideias empolgantes, parecendo abarcar os princípios e mistérios do *Homo Sapiens Philosophicus*, seriam colocadas numa das prateleiras especializadas da informática - continuando soberano o estado-de-ser, envolto de imponderável grandeza.

Em Wittgenstein, o que não tem massa não pode ser delimitado, representado com algum sinal específico apto a ser processado, comandado e movido no pensamento (se ainda não teleguiado), essa “coisa”, é afirmada não ser um “estado de coisa” válido, mas um epifenômeno essencialmente quimérico, ou então do âmbito divino, extrassensorial, do reino de Deus: nada podendo ser dito a respeito. Os significados indizíveis, ou não facilmente denotáveis, sinais apenas orientando na direção do inefável, parecem, para Wittgenstein, sem efeitos, inoperantes, nos confins dos limites, fora do âmbito existencial do estado de coisa, que é, para ele, “o caso”.

¹² A ausência desse insight é melhor compreendida, e se justifica, lembrando um pouco da história, pondo a evolução das ideias em perspectiva: 1) o início do século XX ainda é considerado, sob o ponto de vista literário, como pré-ficcional. Os livros de ficção mais famosos da época eram os romances de Jules Vernes; um livro considerado seminal da ficção científica, o famoso ‘Frankenstein’, de Mary Shelley, escrito entre 1816 e 1817, publicado em 1818: nele, o monstro sem nome aprende a falar imitando os adultos como qualquer ser humano. 2) Em 1799, o inventor Joseph-Marie Jacquard (1752-1834) constrói um tear mecânico que reproduz infinitamente padrões coloridos nos tecidos, segundo instruções fornecidas por fileiras de cartões perfurados “lidos” por um sistema de pinos. Os cartões perfurados de Jacquard sugerem a Babbage (1792-1871), professor de matemática em Cambridge, a criação de um aparelho capaz de efetuar qualquer cálculo de acordo com as instruções dos cartões perfurados. A partir de 1834, ele passará as quatro últimas décadas de sua vida no projeto chamado “Analytical Engine”, composto de quatro partes ou módulos, interligados: a) Computação; b) Memória; c) Alimentação; d) Saída (relatório impresso automaticamente). Para essa operação, um programa de demonstração é escrito (1835) por Lady Lovelace (Ada Augusta Byron, filha do poeta Byron), excelente matemática. Deve-se a ela, considerada a primeira programadora, o estabelecimento de importantes funções: sub-rotinas: sequências de instruções utilizadas várias vezes em diversos contextos; Loops: instruções que retomam a leitura/execução de uma instrução específica, de modo que possa ser repetida; “salto condicional”: instrução cuja satisfação de uma condição permite ou não o “salto” para outra instrução. O processamento de dados propriamente ditos, inicia-se nos E.U.A. em 1886, quando o estatístico Hermann Hollerith, (1860-1929) funcionário do *National Census Office*, coloca em operação uma máquina para tabular dados do censo público. Ele funda a companhia comercial ‘Tabulating Machine Company’ (1896). Em 1924 o nome da Companhia é alterado para IBM (Industrial Business Machines), pioneira no emprego da eletricidade para a perfuração/leitura de cartões. A tecnologia de cartões perfurados só será superada nos anos sessenta. 3) As correntes de pensamento que se cristalizaram em torno da IA, somente, entraram em gestação a partir dos anos trinta. No entanto, oficialmente, a IA nasceu em 1956 com uma conferência de verão em Dartmouth College, NH, USA. Na proposta dessa conferência, escrita por John McCarthy (Dartmouth), Marvin Minsky (Harvard), Nathaniel Rochester (IBM) e Claude Shannon (Bell Laboratories) e submetida à fundação Rockefeller, consta a intenção dos autores em realizar um estudo durante o período de dois meses, envolvendo dez pessoas, sobre o tópico “inteligência artificial”. Ao que tudo indica, essa parece ser a primeira menção oficial à expressão “Inteligência Artificial”. Desde seus primórdios, a IA gerou polêmicas, a começar pelo seu próprio nome, considerado presunçoso por alguns, até à definição de seus objetivos e metodologias. O desconhecimento dos princípios que fundamentam a inteligência, por um lado, e dos limites práticos da capacidade de processamento dos computadores, por outro, levou a promessas exageradas e fatais decepções. (Fontes de consultas: <busca> “ciência ficção” & “historia da informática”: sendo o último parágrafo reproduzido do artigo de Bittencourt, G: *Breve história da Inteligência Artificial*, encontrado em www.das.ufsc.br/gia/history/history.html).

O CASO DAS EVIDÊNCIAS LÓGICAS

Correlatando os conceitos de Wittgenstein ao discurso filosófico, o *Tractatus* demonstra que a aplicação dos métodos lógicos, das reflexões centradas sobre a expressividade desnuda, gráfica, despojada das plenitudes tonais típicas do ato de existir (i.e., um manual linguístico gramatical e lógico) apresentam insuficiências intransponíveis na abordagem e compreensão filosóficas. O *Tractatus* demonstra que a lógica matemática não alcança a razão natural da filosofia, mesmo quando aplicada ao estudo da linguagem. Quando Wittgenstein diz que “filosofia não é corpo teórico (ou doutrina), mas atividade” – sendo as três primeiras frases do trecho 4.112 do *Tractatus*: *Philosophy aims at the logical clarification of thoughts. Philosophy is not a body of doctrine but an activity. A philosophical work consists essentially of elucidations*¹³ – ele se apropria da palavra filosofia, transformando o seu significado: o vocábulo “filosofia” não traduz o mesmo significado que o termo “lógico” sob o ponto de vista lexicológico. A sua asserção, infundada nas denotações e conotações, não se justifica como fundamento de um discurso em busca de veracidade, obrigando a uma firme clareação e correção: *logic aims at the logical clarification of thoughts. Logic is not a body of doctrine but an activity: a logical work consists essentially of elucidations*¹⁴ – a lógica é uma atividade. Essa problematização opositiva com termos gerais e amplos de sentidos universais, típica do autor, revela uma identificação e redução da categoria existencial “*eu, ser humano*” a um “*eu, sistema racional e enfoque lógico-matemático*” – uma abordagem acompanhando os passos precursores de Frege. Uma identificação certamente merecedora de respeito¹⁵, mas idiossincrática, desconforme em relação às dimensões filosóficas da natureza humana.

Frege e Wittgenstein eram interessados nos fundamentos lógicos da aritmética, em busca de uma linguagem artificial, universal e precisa. Frege se dirigia em busca de univocidade, quantificando e relatando termos, iniciando com expressões matemáticas, analisadas sob o ponto de vista lógico e linguístico. Decorrente da intenção, postulava que as relações coordenando os símbolos e sinais matemáticos com seus valores apontariam uma estrutura lógica, substancial, latente, uma “*razão (lógica) inata*”, similar a um reino neoplatônico transcendente – portanto, revelado, especialmente, através das análises lógico-matemáticas das expressões. Esse direcionamento, ou um sentido de busca similar, *deslisou* da esfera linguística para a semiótica, procurando, desse modo, possíveis “*ligações atômicas*” entre os signos e certos referentes – erradicando como “*vazios de sentidos*” os signos improdutivos, não apontando referentes teoricamente aptos a receber, ou decodificar, essa constituição substancial.

É patente que tal busca se enraíza e se desdobra, *a priori*, a partir do postulado central do escolasticismo, o dualismo distinguindo dois reinos: a) o inato, transcendente e sobrenatural, do

¹³ A Filosofia aponta à clarificação lógica de pensamentos. Filosofia não é um corpo de doutrina mas uma atividade. Um trabalho filosófico consiste essencialmente em elucidações.

¹⁴ A lógica aponta a clarificação lógica de pensamentos. Lógica não é um corpo de doutrina mas uma atividade: um trabalho lógico consiste essencialmente em elucidações.

¹⁵ Uma opção, e dedicação, certamente, valendo para ele: tendo provável *força filosófica* indireta – ou filigranada – em diversos e possíveis sentidos, permitindo exercitar melhores momentos e contextos vivenciais específicos.

b) nato, natural e concreto, configurando a tensão hipotética, estruturando e coordenando os pontos de vista e direcionamentos coligados à “Filosofia da Linguagem”, seja: a) na afirmação de uma natureza autônoma dos *universais*¹⁶, ou, b) na sua irrealidade, ou caráter meramente abstrato, sendo o *conceptualismo* um ponto de vista nuançado de *nominalismo* considerando os *universais* uma realidade de caráter meramente abstrato. O logicismo, formalismo e intuicionismo, sendo movimentos correlatos, evocam o mesmo eixo de fundamentação que direciona o imo do estado-de-ser em busca de um entendimento idealístico, platônico, ou hilomórfico, aristotélico. Essa elaboração da perspectiva e eixo alinhados à tradição cultural e histórica repousa sobre um fenômeno primário, de amplitude civilizatória, passível a ser denominado de ordem existencial da distinção: a aptidão existencial em distinguir o que for, indo do concreto e sensível, do imaginário e abstrato, até à esfera mítica, esculpindo um ou outro esquema de diferenciação: metadistinções monísticas ou dualísticas, operando e talhando organizações variáveis em diversas estruturas, planos, eixos e esferas. Exemplificando: no plano sagital, eixo vertical, esfera das relações, distinguir o “eu” do “outro” como fenômenos radicalmente estranhos ou não; no plano horizontal, eixo ântero-posterior, esfera da individuação, distinguir a linha do horizonte “separando” ou “relacionando” o mar, do céu; e, no plano frontal, no eixo lateral, na esfera da ponderação, reconhecer como “x” e “y”, esquerda e direita se diferenciam e/ou se complementam numa harmonia; nas esferas mais abstratas, imaginárias e míticas, em infinitas conotações, cogitar se um “reino celestial” se separa, ou não, de um “reino telúrico”. Na multiplicidade e vastidão ilimitada das relações e individuações, no conjunto das conexões e limites, as mudanças de posicionamentos onde oposições se complementam e interserem, fecundam infindas combinações na grande esfera: por fim, se pondera, tentando discriminar, onde, como, com que qualidade, a percepção do real *versus* realidade em si se delimitam. Trata-se, desde já, de uma busca que nos seus fundamentos mais profundos escapa às possibilidades da razão calculista e lógica, apesar dos esforços esperançosos de Frege, levantando desde o início um grande volume de complexidade e passando décadas da sua vida tentando, em vão, resolvê-las. As dificuldades assentadas na distinção primeira, em busca desses valores certos, quantitativos e precisos, são intransponíveis: onde inicia-se uma busca restrita a uma fração da totalidade, o que, aprioristicamente, é *descartado*, por necessidade intrínseca ao ato de consciência¹⁷ (existencialmente traduzido como a indispensabilidade de discriminar, optar, decidir e escolher), revela ser necessário a uma solução apaziguante, de alguma maneira conhecível; mas, caso *reintegrado*, neutralizando-se em antinomias, e, conseqüentemente, esvaziando a busca de possíveis conteúdos conceituais quantificáveis – i.e., um conhecimento sem aberturas, nem “receptividades racionais”, para um ponto final e pontual de verdade lógico-matemática. Evidência imediata, ou resultante do exercício da dúvida, tornando absurdo tanto a negação da essencialidade da busca filosófica quanto a tentativa de solucionar fenômenos existenciais com argumentos meramente lógicos. O

¹⁶ *Universais*: 1) como processos conceituais ou racionais, formações idealísticas, reunião específica de termos abrangentes, de alguma forma independentes, absolutos, em relação aos objetos particulares e concretos, considerados preexistentes, ou não, à consciência humana (algo em linha decorrente, manando familiaridade, com o “realismo” como entendia-se na acepção mediévia); ou inversamente, *universais*: 2) caracterizados como nomes, entidades linguísticas sem existência autônoma, como também simples meios convencionais para a compreensão dos objetos singulares (nominalismo).

¹⁷ A especificidade intencional e objetificante da consciência como assinalado por Brentano F. (1838-1917) e Husserl (1859-1938).

cogito não se transcende resolvendo, em si, o questionamento sobre a natureza da (sua) realidade, interrogando: 1) os pensamentos como estruturas inatas, pertencentes ao domínio da razão pura¹⁸; 2) ou então como organizações conceituais, abstrações desprovidas de autonomia em relação ao sujeito pensante. A superação do enigma reside no entendimento preciso e lúcido do *estado-de-ser*, resultante de um conhecimento realizado através da busca filosófica propriamente dita, cujo foco central, efetivo, não é *computação lógica*, mas sim *contemplação meditativa*¹⁹.

SOBRE DISTINÇÕES E PERCEPTIBILIDADES NO PLANO GEOMÉTRICO E NOS ESPAÇOS HUMANISTAS

DA SINTONIA - Para Wittgenstein, os conceitos parecem transcender o habitat da subjetividade: 1) operando uma correspondência, relacionando o simbólico ao real, por apontamento, 2) numa hibridização substancial e transcendente, aderindo o signo aos fatos referentes em ligações fortes e unívocas: ligações “estruturais”, “místicas” ou “atômicas”, usando seus próprios termos. Um misticismo cientificista referindo-se a algo impossível de ser pensado em si: não sendo nem o objeto referente (discriminável), nem o signo representante, ou a expressão simbólica, mas sim essa estrutura conectiva intermediária e hipotética, coligando o símbolo como o fato, e, evocada, senão delimitada, em negativo²⁰; não é o objeto, não é o nome; talvez, chegando a caracterizar uma forma não explicitada de conceitualismo lógico-matemático como nas teses intermediárias de Russell referentes ao “atomismo lógico”. Para cogitar possível ajuizar essas esferas duvidosas, é necessário, antes de tudo, arquitetar e guardar uma distância conceitual e imaginativa, uma *reserva existencial hipotética* dissociada em relação ao binômio: a) o que se pode conhecer e pensar, e b) eu mesmo experienciando. Uma construção espacial dissociada do estado-de-ser, erguida ao status de configuração filosófica lógico-matemática por excelência, postulada, arquitetando aspectos existenciais numa incidência externa (fora de si), no plano horizontal, num domínio formulado de relações pontuais, quantificadas e específicas, entre os signos alfanuméricos e referentes representados; tentando destilar esses aspectos conscienciais em ligações atribuídas, hipoteticamente, de objetividades estruturais, matemáticas, atômicas e substanciais, se bem que teoréticas e inefáveis.

Em alguma edição do livro de poesia *Les Fleurs du Mal* de Baudelaire, é afirmado no prefácio, talvez da autoria de J. P. Sartre, que o poeta não parecia observar as coisas, “*que ele se*

¹⁸ *Razão pura* do inatismo e do racionalismo, uma visão neoplatônica, implicando uma escolha inicial favorável a um dualismo filosófico, um “mundo das ideias” superior e predominante, versus “mundo sensorial”; realizando o *conceitualismo*, *nominalismo*, uma visão mais pragmática, empírica, esboçando uma inclinação, ou preferência, mais sóbria, afunilando numa forma de monismo, tendendo a se resolver num naturalismo.

¹⁹ Quando pronunciando, o termo “*os pássaros*”, é possível estar se referindo a dois pássaros, ou mais; a um grupo de pássaros voando em formação; ao conjunto dos pássaros do mundo cujo número é incerto variando de segundo em segundo: até referir-se a todos os pássaros que existiram, que existem e que virão a existir: isso, espontaneamente, simultaneamente, mantendo um fluxo firme de sentidos e significados atrelados ao real. Quando apontando o *estado-de-ser*, procede-se do mesmo modo: é possível sentir, significar, representar esse conceito na sua atemporalidade; uma propriedade do indivíduo: uma figura como um vórtice contínuo fazendo parte imediata de si mesmo e da totalidade, como entidade apta a imaginar e abstrair, com ou sem a possibilidade de uma “apreciação” (ou depreciação) lógico-matemática.

²⁰ Uma substância dessa ordem, apta a ser pensada, não seria *apenas* “substância”; do outro lado, um pensamento ponderado como substancial, não seria *apenas* um “pensamento”.

observava observando as coisas”: nesse caso Wittgenstein parece querer observar como ele se observa observando as coisas. 1) Eu observo a mesa, 2) ligando o conceito “m.e.s.a” a essa “tábua horizontal montada nesses quatro pés”, 3) e isso acontece porque uma substância “x” – que não sou “eu” - estabelece uma “ligação atômica” entre o conceito e o referente. Para representar as coisas dessa forma, é necessário, em primeiro lugar, entender-se como alguma *unidade analítica/intuitivo dissociada*, sendo a conscientização dos observados um fenômeno apendicular, senão externo, variando de modo independente e atômico, de acordo com as intenções; como sujeito, imaginar-se extrapolado (projetado num indefinido astral ou “terra de ninguém”), um *ser ajuizador* de alguma forma experienciando esses eventos, apesar de relações ignotas e dúbias com o meio ou o contexto. Um empreendimento estranho, nas raias da fantasia, possível de ser imaginado reduzindo radicalmente o escopo da busca filosófica, desenraizando, podando e comprimindo a natureza humana filosofante num pedaço calculador de intelecto, transmutando a filosofia em lógico-matemática soberana, imaginada dotada de “força”, ou energia física motriz, atuante no mundo; uma potência permitindo afirmar: a lógica é atômica e transcendental (6.13; ib) – um pouco como se fosse uma quinta força ou uma nova potência da física - além da gravidade, das forças magnéticas fortes, fracas e da eletricidade -, certamente, algo como o espírito, ou a “força” cabalística e sobrenatural, originalmente evocada no misticismo pitagórico.

A conectividade ou paridade entre o “conceito” e o “real” não pode ser projetada no que Descartes e Espinosa denominam como sendo um dos modos [“*res-extensa*”], atinar apenas um modo “substancial” objetivado. Tanto quanto o corte do cordão umbilical separa o bebê da mãe, estabelecendo um estado-de-ser separado, totalmente envolto nas suas membranas e telecontatando o “não-eu-mãe”, a relação entre o “res-conceito” e o “res-mundo” se realiza por tráfegos de comunicação ou sinais alinhados e ligados, integrados na ciência do estado-de-ser. Como a “realidade em si” poderia diferenciar-se do que apreendo e percebo? Realizo que, efetivamente, o mar é profundo e aquoso, logo, o mar é profundo e aquoso. A estrutura dessa conectividade entre o signo e o sinalizado não ocorre nos conceitos ou termos desse atomismo – não está locada, reservada, a uma esfera lógico-matemática²¹: a realidade desse fenômeno não é substancial, mas essencial, reside lá onde Wittgenstein parece não querer que ocorra, o fenômeno conectivo assenta e se evidencia, não apenas na incapacidade pontual, apesar da lógica, de discriminar a natureza, em-si, da “estrutura” ligando nomes a objetos, mas sim na prevalecente, primordial e sistêmica, incapacidade de estabelecer uma distinção primordial e certa entre a realidade como um todo e nossa percepção da realidade: a percepção do real é interseccional, no âmbito pleno do sujeito, a um ponto de igualdade em relação ao real. Uma identificação que não ocorre no plano horizontal, onde o eixo *representação/objeto* possibilita uma clara distinção, uma *representação específica*: a palavra m.a.ç.ã, não mantém nenhuma indistinção misteriosa, coligante e estrutural, em relação ao que esteja representando – *a maçã*. A etiqueta cognitiva “maçã” não incorpora vitaminas e capacidade nutritiva da maçã: a representação pode ser totalmente diferenciada do representado nesse nível. O mistério dessa

²¹ Uma esfera lógico-matemática, que amarraria, com rigor: 1) um sinal específico, um significado simbólico – m.a.r p.r.o.f.u.n.d.o - e, 2) um evento objetivo - *o mar é profundo*. Essa essência universal é óbvia e envolvente existencialmente, *a priori* - não existem índices que possam depender de uma ligação substancial independente do sujeito – e para Wittgenstein “não existe sujeito”.

coligação semântico-consciencial revela-se, apenas, quando atento, desperto consciente da prevalência fatal do eixo existencial ser-e-mundo – “o caso” é que essa coligação não é pontual ou “atômica”, e sim universal, cósmica, natural, referente ao fenomênico “estado-de-ser” e seus impenetráveis mistérios, e não, especificamente, à semiologia e operações lógicas. O holon²² cognitivo integrado, ou esfera, onde operam as tentativas extremas e inconclusivas das distinções entre a percepção da realidade e a realidade, num plano que posso chamar de *sagital*, acontece espontaneamente – tanto na filogenia quanto na ontogenia – a partir de uma escala de valor unificante, ocorrência evidente para os poetas; mas o holon mecânico newtoniano, onde operam as distinções quantitativas entre signos e objetos, pré-conceitua, racionalmente, um valor discriminador. Um fracionamento e divisão racionalista que parece, igualmente, se estabelecer – em outra direção, num plano vertical - entre o “ideal” e o “real”. É então imaginável, nesses termos racionais e pressuposições divisórias, se afastar da óbvia unicidade essencial, em dois tempos: “olhando para baixo” (reduzindo, logicizando) e/ou, “olhando para cima” (transbordando em ideais) – se bem que, de acordo com os conhecimentos contemporâneos, não seja possível aprofundar e reformular demais esses enfoques sem, de novo, deparar-se com essa unicidade fatal. Tanto a representação do objeto como signo²³ quanto a percepção do objeto real, afunilam pontualmente no mesmo agente cientificador: o ser vivo e real, o estado-de-ser. O objeto percebido, o percepto, pode ser congelado, radiografado, numa forma mental (uma imagem simbólica subjetiva) e tornar-se uma abstração imaginativa processada no fluxo da fantasia; de forma similar, o signo representante, como número ou sinal lógico, pode entrar no campo das abstrações e ser processado pela lógica matemática ou gramatical. É fácil reconhecer uma imagem que na imaginação tornou-se um estranho tipo de esfinge, um boi com cabeça de macaco, como dissociada da realidade, com escassos apontamentos referenciais, mas pode ser difícil reconhecer que signos gramaticais operando nomes (“Sócrates”, “Platão”, “amor”), ou resultados matemáticos operando símbolos alfanuméricos (x^2 ; y ; $\frac{1}{2} < 1$; 3), com todos os rigores racionais das regras da gramática e da matemática, são igualmente dissociados da realidade, não limitando ou restringendo a realidade do mundo, *acompanhando* à luz do melhor entendimento provisional. Não há conexões substanciais entre as objetivações conceituais e linguísticas e a realidade concreta: as conexões existem essencialmente, intrínsecas ao eixo cosmo-existencial, no imo e âmbito do estado-de-ser. A lógica matemática da era newtoniana, querendo representar, pontualmente, e reger, o que não pode ser definido, nulifica o sentido evidente e essencial: a lógica, como parâmetro atuante na esfera existencial tem que ser enquadrada, dirigida, à luz de uma doutrina filosófica sensata para poder gerar sentido, e não produzir resultados ultimamente ilógicos em relação a uma totalidade que desconhece, ou que não se deseja conhecer.

A “estrutura conectiva” imaginada em torno de 1918 (no contexto da hermenêutica filosófica possível para a época), por um Wittgenstein duplamente dissociado, hipotético, e por ele entendida como “mística regente e substancial” de uma conexão símbolo/objeto, de fato, pertence à regência do sujeito em relação ao todo, ao que é o outro: i.e., essa “estrutura” é uma

²² “Holon”, aqui como “conjunto funcional em relação a outro” - um termo possivelmente introduzido por Arthur Koestler.

²³ Quer seja desenho – pintura operada com criatividade artística - ou algo mais preciso como um símbolo linguístico ou numérico operado com regras gramaticais ou matemáticas.

essência localizada e residindo na valência “ser/mundo”; ocorrência reconhecida na incapacidade cartesiana, e de outros, de diferenciar a *percepção do real* versus *o real*. É possível postular distinções dogmáticas, mas não estabelecer distinções rigorosas, a partir de si mesmo, entre o “perceptor”, quem percebe, e a percepção, assim como entre o percepto, conteúdo da percepção, e o objeto. Entretanto, essa carência de rigorosos critérios racionalistas não impede de claramente diferenciar o símbolo da realidade em si no escopo da escala humanista geral e própria: não questiono nem discuto a presença do outro na realidade; há a certeza que uma maçã esculpida em gesso não alimenta. Saindo da escala existencial e cognitiva plena e natural, armado dos novos objetos da descoberta, das lentes e dos medidores, das novas fórmulas em busca de distinções, entrando no mundo das interpretações com novas ferramentas matemáticas, o que é um símbolo qualitativo e quantitativo de algo objetivo, pode, certamente, tornar-se cada vez mais “atômico, ou astronômico”, mas isso num arco incluindo necessariamente o observador, aproximando em relação ambígua a percepção e a consciência buscadora, fenômeno atraindo símbolo, objeto e sujeito num evento indiferenciável, um atrator, onde a perda da distinção, por default, aponta unicidade. Uma unidade premente e firme como uma mão, fluida e evanescente como a água, uma valência existencial que não se realiza na esfera lógica newtoniana, mecânica, pré-relativista e pré-quântica.

DO SIGNIFICADO - Quanto mais complexa e abrangente a frase mais se reveste de sentido e completude, i.e., de antonímias e sabedoria, de conhecimento sentido e meditado nas suas várias dimensões e limites, mais ela sugere e informa, além dos denotados e peculiaridades. Significados se percebendo e significando no leitor-receptor, tanto de acordo com o intento, sentimento e vontade geral do emissor, quanto das profundidades e extensões não ditas, mas muitas vezes sentidas e presentes no contexto existencial dos interlocutores: a “pintura”, nesse caso, não é teoria: ela é epifania; retrata diretamente o indizível, apesar dos limites da linguagem, sendo assim o oposto do que diz Wittgenstein. Palavras e frases são naturalmente repletas de vínculos conotativos, amplos e agregados, associados às comunidades onde se originaram e foram forjadas; assim como, na sua atualidade, ao contexto eco-humanista onde se vivificam quando evocadas. Esvaziar a linguagem dos seus vínculos históricos e eco-humanistas é reduzi-la a um script, um conjunto de instruções funcionais para a correta execução e aplicação de programas predeterminados - linguagem natural não é rubrica, normas reguladoras, receitas, ordens formais, preceitos, a não ser excepcionalmente, ou numa sociedade lacônica ao extremo. A linguagem natural não é composta por normas ou ordens cibernéticas: ela é suave, feita por debates, contrapontos, trocas e revisões, incessantemente burilados: além de denotar ela abre caminho para uma realidade paradoxal, um conhecimento unitário mais complexo do que se pode pensar e dizer. Querer tirar essas aberturas poéticas da linguagem é esvaziar o mundo da sua seidade²⁴; amarrar o entendimento em porões ou cavernas; transformar o mundo numa máquina hierarquizada, impositiva e rígida. É reduzir a humanidade, querendo que ela se conforme com as regras e teorias de jogos lógico-matemáticos.

O sentido é a *cola* que une o sinal com o sinalizado, e o sentido é vivo, originado a partir de nós mesmos; não é no horizonte posto à nossa frente, como no plano de uma mesa de trabalho, onde

²⁴ Ver nota nº 1, p. 04

posso colocar uma maçã e do outro uma fotografia dessa mesma maçã, que reside alguma conectividade rígida e inelutável entre o sinal e o sinalizado: a conexão existe na minha compreensão viva, emanando a partir de mim e, finalmente, repousará na profundidade da indistinção antes discursada: a indistinção ou conectividade laçada no estado-de-ser, entre o “cogitans” e “extans”, a minha incapacidade de distinguir a percepção do real em si, porque sinto e percebo que eu sou real, não sou jogo nem tampouco “espírito sobrenatural”. Sou o mistério de uma conformação senciente e pensante que se erige num debate existencial entre os que imaginam poder fazer do ser uma criatura-máquina obedecente e os que sabem que o ser é criador. Sendo criador de sentidos, só poderá encontrar significados exercitando com maioria a sua força existencial a partir de si e junto com o outro: deixar-se moldar por controladores leva a um mundo sem sentido, robotice deprimente, indigna de ser vivida. A fonte original onde o signo toca o sinalizado é no estado-de-ser, em mim, na realidade da seidade: lugar onde *eu sou*, nascido, “verbo encarnado” sentindo, percebendo ser real. A figura, ou “pintura” representante da Teoria Pictórica, toca o mundo na realidade mesma do ser, que, em fluxo mutante, concretiza fatalmente o real²⁵, sendo, por isso, potencialmente sábio para tecer sentidos universais. O sentido *pictorial* real é a conexão do *cogitans* com o *extans* no mistério do espanto, da percepção e sensação unitária, comum às crianças, aos místicos e filósofos indomáveis: espontânea, a matéria-energia do mundo vive, fazendo-se ânimo iluminado, resplandecente de razões atuais.

DO SILÊNCIO - No *Tractatus*, o nexos substancial hipotético, conectando o conjunto dos sinais com o dos sinalizados, os modelos e as respectivas situações, a forma lógica anunciada como selando as conexões num “denominador comum designante”, não pode ser representado. As frases são representativas, mas não conseguem representar o ato representador em si; a “substancialidade” necessária para poder representar não pode ser representada. Essa é a impossibilidade central que deveria ser silenciada e superada por Wittgenstein querendo separar o joio das suposições do trigo das certezas, e não a realidade do sujeito, do amor ou da dor. Lógico, para ele, “místico”, é um fenômeno lógico/linguístico impediendo, projetado no plano horizontal, gráfico-visual, teoricamente dissociado e afastado do estado-de-ser, indescritível, volitando ao lado de uma verdade categórica carente de evidências. Um pseudo misticismo, radicalmente opositivo em relação ao fenômeno pródigo, diretamente apreendido por Sócrates em praça pública, i.e., uma verdade talhada e parida no exercício compartilhado da maiêutica, desvelada para ser conhecida e sentida, manando naturalmente da profundidade sagital dos corações de cada ouvinte desperto, atentos e unidos na intenção. Enquanto para o neopositivista Wittgenstein, místico é uma união supositiva²⁶ entre substantivos e referentes, para o existencialista, naturalista e cético reverente, Sócrates, místico é um encontro essencial, igualmente fenômeno e nômene, sentido e conhecível de imediato, descoberto e reconhecido, na suspensão radical dos argumentos infundados e hipotéticos, cujo mistério decorre da natureza íntima - como o amor. Uma natureza aparentemente confidenciosa, para quem, dissociado em

²⁵ *Vindo do tudo e ao tudo voltando* nessa expressividade excêntrica em relação ao momento/real onde se atualiza o evento existencial transmutativo, agora.

²⁶ Uma união postulada como uma atuação substancial, objetiva, mas não demonstrável, coligando misteriosamente nome e coisa, signos e significados, numa esfera material/substancial de acesso impossível (neste sentido “transcendente” em relação aos potenciais do ser humano).

conceitos, não consegue repousar, apreender e apreciar esteticamente e simplesmente a verdade do estado-de-ser.

Nesses mesmos mistérios, desencontros ou encontros, a *veracidade* se configura frágil ou forte, falsa ou verdadeira: resultando, seja numa moral impositiva ou normativa, conclamando obediência cega, um dogma, seja como evidência estética, naturalmente decorrendo em ética assentada no etos, no dado-a-ser, no estado-de-ser como é, e pode ser, quando culturalmente apreciado e respeitado. O mistério reside em que o visionário é também visão, agregando e reunindo, como uma pele sensível, o lado interno ao externo: o ato agregativo gerador de sentidos está dentro e fora em união; o mistério reside nos vetores de um conjunto de eixos e planos entre o ser e o mundo, entre o ser e outro ser, entre nós; faz-se valer na escuta atenta dos entendimentos conjuntivos, não se esgota, nem contém na formatação de normas e regras educativas ou matematismo, nem tampouco pode calar-se deixando de expressar o essencial. Uma essência que pode ser dita e redita em prosa, poesia, arte e risos, mas não por robôs: essa essência não é lógica, mas supralógica, ela não se reparte no eixo horizontal, entre cada signo e o dado correspondente; ela se faz valer a partir do ato existencial, operando uma coligação ciente, trazendo em si uma união emanante, como uma luz, coligando as coisas num único e pleno sentido universal que nada pode calar. A Teoria Pictorial pode ser útil para contar e rotular, fazer estoque de mercadorias, dirigir robôs e recursos humanos (RH); o princípio da verificabilidade é excelente para testar um experimento ou programar concretudes; mas, com ele, o ser humano não consegue conhecer nem verificar o que vem a ser “eu sou” além do peso e volume corporal.

DOS SENTIMENTOS - Numa outra fase, e em publicação posterior ao do *Tractatus*, o autor, para quem a filosofia é “a teoria das formas lógicas das proposições científicas” amplia a sua área de busca, opinando: “as palavras só adquirem significado no fluxo da vida; o signo, considerado separadamente das suas aplicações, parece morto, sendo no uso que ele ganha seu sopro vital” (citado por C. Costa; P. 38, *ibidem*)²⁷. Não obstante essa preocupação com as circunstâncias, os preceitos do *Tractatus* (7.) onde: 1) “o mundo é tudo que é o caso”; 2) “o que é o caso²⁸ é a existência real do estado de coisas”; e 3) “sobre aquilo de que é impossível falar deve se calar” continuam dirigindo a intenção do autor, que permanece desconsiderando os enraizamentos da comunicação construídos em relações estéticas, éticas, afetivas, como confiança, credibilidade, empatia e outros. Entendimentos não gramaticais, como os que resultam das experiências sensoriais, compartilhadas e comungadas no ato de aproximação, nos contatos cinestésicos e trocas imediatas de “substâncias afetivas”, enraizamentos plenos de sentido e formadores de sentidos, escapam ou transformam-se em normas e ratificações. Um exemplo (p. 40; *ib*) denota e conota essa redução limitante, trata-se de um “diálogo” como acontecendo entre um pedreiro e o seu ajudante, o primeiro dando as *ordens*: - “Tábua! Tijolo!”, e o segundo, calado, executando e trazendo os materiais: um “jogo de linguagem” estranhamente rígido, como um programa condicionado, que não se relaciona com o “fluxo da vida”, acima

²⁷ Nesta fase, Wittgenstein, embora preocupado com os *modos e condicionamentos* nos quais a linguagem ocorre, ainda permanece fisicista e neopositivista, gerando o conceito de “jogos de linguagens” e tentando caracterizar e definir os usos corriqueiros da linguagem como jogos lógicos gramaticais regionais, onde “regras de gramática” definiram, sistematicamente, essas aplicações populares, ou “jogos”.

²⁸ No contexto wittgensteiniano “o caso” significa o *evento, o fato*.

sugerido, mas sim com controles cibernéticos: posso imaginar máquinas fazendo o mesmo. O conceito de *jogo de linguagem*, em Wittgenstein, descarta a natureza da linguagem, a sua *ecologia*, onde existe um fenômeno que poderia ser denominado de “nichos de linguagem”, ou talvez “ninhos”, onde virtudes vivas, palpáveis, essenciais e fundamentais, como amor e retidão (ou, inversamente, aversão e injustiça), participam por inteiro, centralmente, ao que está sendo dito e comunicado.

DA SABEDORIA - Nesta análise neopositivista, apresentada como “*uma luta contra o enfeitiçamento de nosso entendimento pelos nossos meios de expressão*”, não sabemos ao certo onde se localiza o “feitiço” já que não há entendimentos separados de meios de expressão. Conferir e verificar os meios de expressão para lutar contra o enfeitiçamento, esconde feitiço e feiticeiro. No âmbito humano, o feiticeiro e os feitiços desaparecem de imediato no exercício da escuta amorosa. No âmbito das máquinas e robôs, os “enfeitiçamentos” recuam no exercício bem engenhado, mais exato, preciso e puro, do positivismo lógico. “Philosophía”, *amor da ciência, do saber, do conhecimento* (de “phílos”: amigo, amante; e de “sophía”: conhecimento, saber) refere-se ao estudo e compreensão do conhecimento reto e virtuoso; a análise lógico-matemática - como apontada no *Tractatus Logico-Philosophicus* - é instrumento apontando industrialismo e fisicalismo: não é filosofia. A economia essencial do grande jogo de linguagem eco-humanista é *joeirar confiança e amor*, deliberar com lucidez, confiar no seu sentimento amoroso e no do outro, esse princípio magno, inclina o vetor das virtudes nos planos e horizontes dos nossos relacionamentos, edificando uma esfera virtuosa de relação, abrindo esse mundo ao Olimpo, construindo um panteão de deuses e deusas, locando o paraíso aqui, agora, e não no além.

Wittgenstein parece não entender que signo não é apontamento; “signo” para significar algo necessita mais que uma única coordenada: um sinal significador significa dois motivos ou aptidões; por um lado, *apontamento*, e por outro, *compreensão*, não apenas efetuando apontamento. Apontando a casa para um robô informando *c.a.s.a* ele nada faz e nem compreende. Treinado, programado (i.e., condicionado ciberneticamente por humanos dotados de compreensão), o engenho-RH vai para “casa” sem compreender - a compreensão procede e permanece na esfera do programador. Obedecer sem compreender, sem entender, sem sentir e sem sabedoria é possível para um autômato ou um ente desumanizado cuja compreensão foi tutelada à luz de outros entendimentos. Os signos não necessitam apenas de funcionalidade apontadora, mas, igualmente, de compreensão: signos totalmente desprovidos de compreensibilidade e relações eco-humanistas, não ajuizados a sensações e sentimento, inexistem, e por isso Wittgenstein não os achou em exemplo algum.

DA SIMPLICIDADE - Preceituar: “objetos simples são a substância do mundo” soa como mesmerismo; para serem delimitados e denominados, objetos simples necessitam de adequações sensíveis, compreensivas e operantes: essa constelação de agentes delimitadores e compreensíveis agregados é um fenômeno complexo atuando em conjunto. A simplicidade da essência é como um *rebis* ou bifronte alquímico, um hilemorfismo essencial. Na esfera humana, da qual não podemos escapar, nem mesmo nos claro-escuros dos universais e absolutos, ainda

vale, num sentido mais preciso e lúcido, o antigo *hilozoísmo*²⁹ dos pré-socráticos e estoicos: a *essência* não é apenas uma simples relação conjuntiva. Um objeto hipotético, isolado dos reflexos da minha consciência, nada significa para mim; um objeto estranho à consciência de todos, conhecido por ninguém, nada significa para ninguém: a necessidade existencial dessa junção e a sua natureza insondável é o mistério da essência.

DO SUJEITO – No aforismo número 5.631, Wittgenstein afirma: – “*não existe um sujeito*”. Para ele, o sujeito não é uma parte do mundo, mas uma fronteira deste mundo, assim como o valor e a ética: não podendo ser representado, o sujeito não existe. O “místico”, nesse conceito neopositivista *não é* a união viva e panteística dos mistérios do estado-de-ser (eu sou, verbo incorporado) de universal a individual, mas inclui, além dessa “atomicidade substancial”, a silenciosa e insignificante deportação do sujeito e dos valores nos confins e além das fronteiras de um mundo vazio, cenário abandonado, sem representações, sem valor e atuando, por default, a tragédia do apocalipse dirigido por especialistas e robôs desalmados. A linguagem e a retórica das máquinas e sistemas cibernéticos nada podem dizer de sensato sobre o estado que aqui é o caso: que não somos máquinas sem sentido, sem ética, ou valores, irresponsáveis, dirigidas por sujeitos alheios, donos dos valores e do comando, locados além, no alto, ou nas fronteiras do mundo. Somos ser-sujeito vivos, estado-de-ser, encarnados e pensantes, aptos a avocar intenções e desejos - até mesmo de subjugados e vencidos, de fantasmas obedientes, operando, sem sentir nem pensar, guerras sem sentido, ou, talvez, entidades cujo “estado de coisa”, e sentido final, seja, realmente, como imaginado e pré-dito, “apocalíptico”: autodestruir-se. Real é o sujeito, ele existe centralmente, presente, não é objeto para ser representado nem tampouco ator representante. Mas, como se comprova, pode até querer participar desse “jogo” neopositivista de linguagem e perdurar nesse estado-de-coisa retrocessivo: ser objetificado, representado por outros, os ditadores do que se deve ser, fazer, dizer e pensar - como seria o caso de antropóides vivendo numa agremiação societária, trocando bens por papel dito fiduciário, cujo valor real teria sido descomedidamente usurpado.

Num segundo momento, Wittgenstein se autocritica e progride em direção ao estudo dos “*jogos naturais de linguagem*”, onde a palavra tem o seu uso observado no modo informal e contextualizado. Nessa fase, a criatura falante passa a adentrar esse âmbito neoplatônico da linguística e palavra (o verbum), mas como fator adventício e gerador de erros e distorções do ponto de vista dessa lógica pura. Wittgenstein desconsidera quaisquer outros entendimentos, tais como os resultantes da experiência sensorial compartilhada e comungada no ato de se aproximar do outro, e descarta as circunstâncias naturais refletidas na linguagem: para ele, “*não é que ‘dores e sentimentos’ não existem, é que com ou sem eles*” – ou com imitação de dores e sentimentos -, “*a gramática regulando os jogos é idêntica*”. Tentar elucidar como o *signo* se refere ao *real* sem, antes de tudo, diferenciar bem o fingido do sincero, balizar bem e demarcar o contexto existencial, geral e real, no qual ocorre a sinalização, é certamente gerador de dificuldades insuperáveis. A problemática filosófica wittgensteiniana parece, até onde seja possível entender, ser uma fonte de debates e polêmicas, um levantamento de questões e aporias

²⁹ Doutrina filosófica segundo a qual toda a matéria do universo é viva, sendo o próprio (micro) cosmo (corpo humano) um organismo material integrado, possuindo características universais, tais como animação, sensibilidade ou(e) consciência.

retomadas por outros, louvadas ou combatidas por diversos comentadores e por várias razões, lógicas, filosóficas e ideológicas. Nesses interesses heterogêneos, desenham-se as duas vertentes de atividade: a primeira alimenta a robótica, o conjunto dos estudos e das técnicas que permitem a automação; a segunda revive as antigas preocupações metafísicas da escolástica: em Wittgenstein, esses dois fatores se misturam de modo hesitante.

Uma das questões clássicas do humanismo é: existir é a manifestação paradoxal de “verbo-e-nome” [sou-eu_x = verbo e pronome_nome]. *Eu sou* indivíduo³⁰ de modo primário, inelutável e inefável; o conhecimento de si mesmo, eis a dificuldade: a impossibilidade de se demarcar em-si, o gap ou intervalo, a relação precisa ou natureza da relação, entre as hipotéticas substâncias *res cogitans* e *res extensa* de Descartes e Espinosa. Um espanto antigo e crônico, mas sempre se atualizando em cada filósofo digno dessa herança, e que só se resolve experienciando esse mistério, não na vacuidade de um simples silêncio incapaz, mas na plenitude de um sentido unitário e reverente. Nos termos e ocupações dos neopositivistas interessados em desenhar uma linguagem para robótica, o questionamento resulta numa afiguração deslocando, de um lado, o sujeito em vagos limites existenciais – apontando o transcendentalismo vertical da teologia medieval - e, do outro, afunilando-o e reduzindo-o a uma conectividade objetificante dita “o estado de coisa”, ou “fato atômico”. Mas do ponto de vista filosófico e essencial, o *estado-de-coisa* permanece como sempre foi: de um lado: “*estado*” como “verbo ser”; e do outro, “*coisa*” como “nome próprio”; isto é, “eu sou”. *Eu sou*, por isso não pertencço ao domínio da representação nem da robótica que é onde se pode fantasiar quebrar o estado-de-ser em *estado* |e| *ser*, uma hipótese dissociada, anulada no abstrato, isenta dos efeitos constitutivos e estruturais da existência³¹. A incapacidade de Wittgenstein demonstrar, ao vivo, um exemplo sequer desse “estado de coisa atômico”, reside na carência radical de valor eco-humanista da teoria. Para um robô ou uma máquina, “pedra” nada mais é que o registro eletromagnético do som “*p.e.d.r.a*” – “pedra!” – poderá iniciar um processo cibernético-mecânico e, nesse caso, a máquina levantará o seu braço de metal e agarrará um objeto que chamamos “*pedra*”, previamente colocado ao alcance dos detectores, em acordo com um projeto previamente enquadrado, normalizado e ensaiado pelos técnicos: um jogo. Se sei que um sinal verbal “x” corresponde a algo, “y”, por ele apontado, não é por existir uma rígida conexão entre “x” e “y”, mas sim porque criei, e eu estou criando essa conexão, numa relação comunitária: nesses encontros não troquei figuras, ou padrões isomórficos estruturais semelhantes aos dos GPS(s), tampouco carreguei um programa diretor ideal conectando signos com objetos, no meu sistema cerebral, para então dizer: “há sim, aqui vejo uma pedra”. É até possível apinhar a memória de normas e rotinas, mas elas nada significam por si e em si, elas não vêm à existência sem, primordialmente, terem sido extraídas num processo de trocas conjuntivas e sensíveis, além de cogitadas: é necessário entrar-se em contato, conhecer as pedras com as mãos e a água viva da

³⁰ Indivíduo: como estado-de-ser singular, indiviso ou não dividual: no caso, como um agregado de matéria-energia apurada no vetor cosmo-existencial, num estado-de-ser específico: o H. sapiens, onde o ânimo ciente do estado-de-ser emana indivisível do estado físico.

³¹ Os neopositivistas parecem deslocados, espectadores da vida, sentados frente a um cenário abandonado, à espera de um espetáculo que não inicia. Pensativos, saem do teatro, voltam, talvez desenhando algum “jogo de linguagem” na plateia. Mas a humanidade não está sentada esperando um papel, ou aguardando que se represente uma encenação: é coautora de uma obra de arte: vida - sendo “jogo”, então, jogue-se numa arena na qual se nasce e morre.

consciência de ser, conjunção viva e real do nome e do verbo, sede e fonte de uma unidade inefável: espaço, lugar onde reside e se constrói o campo conectivo carregando todos os sentidos.

DAS SENSACIONES - A linguagem nunca foi “imagem do mundo”, e sim a cosmovisão talhada em relevo cosmo-existencial que se atualiza e revivifica visitando países, perambulando pelas ruas, nas antípodas do planeta, contatando outras culturas, arquiteturas, sociedades e nações cuja língua e escrita ainda não se conhecem. Mas existe algo ainda mais profundo na textura do *Logos*, na matriz dos sentidos de onde se disseminam³² e erigem os todos potenciais significativos de sinais e de símbolos: essa conexão essencial se revela desde o início da vida, antes de aprender a arte de pensar e organizar as ideias. Um caleidoscópio espantoso de sensações, uma água viva borbulhando do cosmos, esfria, vagarosamente, até se cristalizar numa pedra fundadora, como o primeiro degrau de uma escada, onde braços maternos e paternos, como dois corrimões, cingem um longo crescimento, indo de balbucios iniciais, aprendendo a falar batizando as coisas, até aos compêndios mais complexos. O “estado de coisa” é que tudo tenderia, naturalmente, a se dissolver num vapor nebuloso, lácteo, uma pasta unitária, não fosse pelos nomes e a atenção mantendo a ordem no lugar: a mesa, a cadeira, o livro, eu lendo. Uma via universal onde se aprende a pensar, fazendo e negociando sentidos, jorrando conhecimentos inefáveis do grande e sempiterno seminário universal. A linguagem é uma ficha de dois lados: como *prosa*, denota a organização estrutural, funcional e política do mundo que se delimita; como *poesia*, conota o que não se delimita, mas se sente. O sentido é múltiplo, necessitando ser negociado: os sentidos de quem fala, e/ou de quem escuta, ambos falando, escutando, usando os dois lados da ficha. A tábua de verdade é que fluxos duplos de proposições trafegam entre partes e entes: prosa e poesia, proposições entrelaçando-se em compassos complexos (conjunções e disjunções) vindo do outro e saindo de si, em uniões seminais, gerando entendimentos provisionais e fatais, senão finais, acerca de Cosmos essencialmente incógnito.

O estado de coisa é um estado-de-ser essencial, uma cota existencial cósmica servindo de terra pura para o nascimento da árvore da linguagem. Árvore como uma via de tráfego múltiplo, de seiva e água - uma dupla via de dois sentidos: “pr” e “pó” – proposições oriundas dos enraizamentos e conexões com a essência, gerenciando e criando o mundo que se revela ao alcance do poder de ser humano e onde o significado pode ser construído como uma dádiva compartilhada, um *puja*, uma oferenda transbordante de sentidos. A linguagem é a expressividade dos órgãos sensoriais, o canto do ser, afunilando na boca e moldada pelas cordas vocais, a língua e as mãos, construindo sentidos em obras conjuntivas e compartilhadas. A linguagem se inicia com grunhidos, onomatopeias reforçadas por toques, apontamentos e fâcies; apurando-se e refinando-se em inúmeras negociações autopoieticas, até formar e revelar uma fala, uma estrutura verbal como um mundo em transformação. Livre, responsável, positiva e em empatia com o *Kósmos*, a fala viva é o *Logos* - *Logos* petrificado e moído no balbuciar neopositivista lógico, das máquinas e robôs, onde se abusa da riqueza dada, coexistencial e sincrônica, na tentativa vã de usurpar e reservar, em clãs e clausuras, o poder do verbo, que é universal, de cada um.

³² Nota-se no verbete “disseminar” a presença do elemento de composição ‘seme’ do lat. *semen*, igualmente presente no vocábulo “semilogia”.

DA ORDEM DO SILÊNCIO E DO MONGE

O *Tractatus Logico-Philosophicus*, e por extensão a dita “Filosofia da Linguagem” não tratam, essencialmente, de filosofia³³, Wittgenstein tenta enredar a busca filosófica nas malhas da lógica, usada como uma peneira, um filtro, separando o soluto dos eventos concretos, da solução dos contextos e valores existenciais. Assim procedendo, separa-se, dividindo por um lado, blocos e elementos concretos positivos, e, por outro, soluções e ligantes filosóficos, destruindo a “assemblage” naturalmente dada-a-ser. Descartando o que é filosoficamente patente e evidente, além do alcance demonstrativo e instrumental da lógica matemática, descarta tanto o joio quanto o trigo. Na sua retórica, Wittgenstein conota reconhecer o descaso: em vez de descartar a *solução filosófica* de uma só vez, como ameaça fazer, ele afasta essas intuições com racionalismos e prosa, resgatando-as com poética e sentimentos levemente imiscuídos, imprecisos e latentes. Essa dúvida emocional não confessa, mas evidente ao desfilas os argumentos, no arranjo das sequências e no uso esparso de termos, singulariza esse lado dúbio do *Tractatus*: o reconhecimento desses dois lados, entranhados nas malhas do tratamento lógico, clareia o sentido “místico” reconhecidamente evocado no tratado; ele é elaborado expressando *feelings* contrabandeados, não declarados e ilógicos - o que se evidencia a partir de 6.51 (ibidem). Inicialmente, desenredando o texto da retórica, transcrevo o trecho, removendo os parênteses apostos em 6.521 e eliminando o acréscimo apendicular em 6.522. Num resumo explicitado concluímos:

“O ceticismo não é irrefutável, tampouco possui sentido. Uma questão existe apenas quando há uma resposta; uma resposta, apenas quando algo pode ser dito. Quando todas as perguntas lógicas e científicas forem respondidas não haverá mais perguntas (nem respostas): especificamente, isto é ‘a resposta’ (nada), é isso, apesar de sentir que o problema da vida permanece intocado. A solução é a ausência do problema, ele se foi. O método filosófico reto nada tem a ver com filosofia: filosofia é nada dizer além de relatórios científicos. Se um filósofo persiste com argumentação metafísica, rebate-se pedindo para atomizar³⁴ os termos. Atomize! Atomize! Bom, ele poderá não ficar muito satisfeito, mas esse método (o neopositivismo, lógico e de fato) seria o único estritamente correto (...). O que não se pode dizer matematicamente deve ser silenciado”.

Relendo o trecho novamente, colocando no leque de conceitos um fragmento expresso em 6.432: “*God does not reveal himself in the world (...)*”:

“Deus não se revela no mundo. Por que aqueles, após um longo período de dúvidas, encontrando, para eles, o sentido da vida, foram incapazes de definir esse sentido? Há, de fato, coisas que não se põem em palavras. Elas se manifestam³⁵. Elas são o que é místico. O ceticismo não é irrefutável, mas não faz sentido quando tenta levantar dúvidas onde perguntas não podem ser elaboradas. A solução do problema da vida é superar o problema: aquilo que não pode ser dito deve ser contemplado em silêncio”.

³³ O que parece evidente para quem entende o que o autor afirma e sinaliza a partir do título.

³⁴ Termo russelliano entendido por Wittgenstein como sugerindo uma transferência funcional da unidade linguística entre “significante” e “significado” para a esfera da semiologia, destarte, apontando alguma coligação substancial e geral entre termos, como signos, e objetos, fenômenos, como se essa designação implicasse “substancialidade”.

³⁵ Será que “Deus”, que não se revela no mundo e não pode ser posto em palavras, se manifesta?

Nesse contraste, embora caricaturado, reside a impressão final do *Tractatus*. Trata-se de um tratado, como se fosse, escrito a duas mãos: de um lado, um cientista positivista (esse caráter rigoroso e dito “*materialista-ateu*”) associado, por outro lado, a um personagem de índole semelhante a de certos monges adeptos de um minimalismo místico, discreto e sóbrio, típico das seitas dos zen-budistas - uma forma de “hibridismo psíquico”, certamente, permitindo conviver com tal criação. A lógica é fundamental para se desenhar máquinas inteligentes; sistemas cibernéticos dotados de atividade definida e restrita; analisar problemas pragmáticos e organizar os pensamentos: não é suficiente para, judiciosamente, nortear a ação humana que evoluiu e desenhou-se no âmbito autopoietico da natureza, considerando todos os azimutes do estado-de-ser, sobretudo as emoções, os sentimentos e suas extensões unitárias em busca de sentidos poéticos, arquetípicos e profundos - além das minúcias dos logicismos e do cotidiano. Por outro lado, o minimalismo do modelo zen, embora sendo algo semelhante a uma simplicidade inata, não surge espontaneamente, não é mais “imediato” para o *H. sapiens* vivendo em sociedades estratificadas. Modos sóbrios e contemplativos de ser, tipo zen, resultam de uma busca intensa cujo sentido preciso não é “pôr no lixo” os universais, e sim conhecê-los, abraçá-los, em outros níveis e ,com eles, unir-se até a essência, tornando-se, não apenas desnecessário, mas impossível configurar distinções dicotômicas. Essa “lógica filosófica linguística”, pretendendo apontar numa direção filosófica, assenta nessas negações: a incompreensão e renegação da filosofia, sonegação, e falsificação, do misticismo dos naturalistas e céticos reverentes.

6.54: “*My propositions serve as elucidations in the following way: anyone who understands me eventually recognizes them as nonsensical (...)*”; isto é, nos concluímos, somos convidados a “queimar a estátua do Buda”, descartar o livro; isso, talvez, para conviver com o “estado de coisa”, como aparenta ser, sem, rigorosamente, concluir as argumentações: 1) nem a favor da absoluta, concreta e “mística” soberania, do simples estado de coisa, 2) nem, positivamente, reconhecendo e igualando o *Kósmos* a um conceito divinal vazio *a fortiori*; assim sendo, de certa forma sutil, não rompendo claramente com as pressuposições transcendentais e tradicionalistas, teológicas de fato, contextualizando as equivocidades³⁶ que permeiam o *Tractatus*. Mas Wittgenstein não chega a dizer: “*fique com o que pode fazer sentido para você e ponha o resto fora, ao seu critério*” – assim sendo, somos chamados a descartar tudo, tanto os argumentos ditos lógicos, mas relativos às ilogicidades, quanto essa tentativa, almejando expressar que “nada pode ser dito”: permanecendo o quê? Perdurando esse silêncio envolvendo tanto o lógico quanto o ilógico, com todos os efeitos, necessariamente, diluindo e amenizando o lógico-positivo de fato e realçando, sensivelmente, o que sempre foi da ordem do silêncio: “o místico”. “O caso” - ao menos no âmbito da retórica - é que o deus das tradições dualistas, o criador do mundo, resplandece nas hipóteses de Wittgenstein e do neopositivismo: “Deus” continua engastado fora do tempo e do mundo, inacessível, a não ser por vias sobrenaturais e milagrosas, sobre a égide reservada da tradição dos teólogos e teístas; “*Deus não está no mundo, e dele nada significativo pode ser dito*” é a frase que conecta e coliga, em convivência esquivada e complementar, a teologia teísta tradicional com o neopositivismo ou materialismo lógico. Uma frase que faz jus à tradição dualista, mantendo a escolha dicotômica de “cosmovisionar”

³⁶ Equivocidades contextualizadas numa retórica coligada (nas suas pressuposições) a uma tradição cultural/civilizacional dogmática, e, configurando, por condicionamentos, formas pendiculares e residuais de significados e sentidos teológicos.

separando o inferior do superior, o mundo do céu. A alteza exímia do hipotético e sobrenatural deus-criador, que não está no mundo, perdura nessa forma de neopositivismo; um “Deus” de que nada pode ser dito; mas, assim mesmo, sendo citado e grafado em maiúscula, e por causa, ultimamente notificado, representado e anunciado, por intermédio da tradicional especialidade profética; a teologia do absurdo permanece à sombra desses racionalismos, sem necessitar crucificar, ou pôr na fogueira, os poetas e pagãos naturalistas com as suas perigosas “ontologias essenciais”, suas “éticas naturalistas” e não normativas: de um lado *o mundo*, essa máquina societária dirigida por sacerdotalistas, fiscalistas e cientificistas unidos, dividindo mercados, e, do outro, além, e ao abrigo de quaisquer concorrências, *o paraíso* prometido, como revelado nas escrituras³⁷ - uma repartição de poder em sintonia com a tradição. Uma “filosofia”, especialíssima, da linguagem e, em filigrana e unida, a das escrituras: um combate ao *Homo Philosophicus* que sabe que filosofia não é exercício de lógica, mas criatividade, escolha sóbria, corajosa e bem ponderada

DOS FEITIÇOS DA LINGUAGEM

Invalidando e denegrindo a adequação do sentimento e da intuição como fonte essencial de valor, talvez seguindo ou favorecendo aplicações pragmáticas, tudo o que pertence à experiência humana encontra-se reduzido em Wittgenstein, descartado, numa cesta geral, onde os termos, usados de maneira indistinta, levam a pensar que os paradigmas esteando a teoria são: a linguagem opera como uma dádiva divina, ou platônica; um inatismo onde cada palavra verdadeira e significativa se recebe para representar algo preciso ao qual se conecta esotericamente; mas, após atravessar o crivo da lógica, na sua descida em busca do estado natural, passa a ser usada, abusada, em jogos e baralhamentos vulgares, inadequados; confundindo-se como verdadeiras, meras fantasias, coisas inexistentes. Para ilustrar essa inevitável impressão, cito um trecho do texto “Investigação Filosófica”, *citado no Dicionário dos Filósofos, compilado por Denis Huisman; Martins Fontes, p. 1012, 1ª edição, 2001, numa rubrica escrita por Grahame Lock.*

“Tomemos o exemplo da proposição “dói-me”. Supõe-se que tal proposição corresponda a um estado de coisas – um estado de espírito – no mundo, de tal modo que é infalível do ponto de vista de quem a pronuncia. Wittgenstein sugere que esse modo de apresentar as coisas não é exato. Uma das fontes de erro está de fato na pressuposição de que tal proposição é a descrição de um estado de espírito, da mesma forma como eu poderia descrever, por exemplo, o estado do meu quarto (“meu quarto está desarrumado”). Falar da própria dor não é a mesma coisa que falar do próprio quarto, e isso em muitos aspetos. Mas não significa que a dor seja uma questão “pessoal”. Pois a utilização da expressão “dói-me” está ligada à “expressão de sensações naturais”. E nesse caso, minha linguagem não é uma linguagem “pessoal”. Há um sentido no qual posso ter “minhas dores”, mas esse sentido é apenas gramatical”.

³⁷ Iniciando ensaios com frases semelhantes a essa: “*a teologia negativa nos lembra que cada tentativa de descrever adequadamente Deus, em termos de comunicação, humilha o divino ao nível da razão ordinária; e assim fazendo, denigre a sua absoluta alteridade!*” - como acontece em “Attempt to understand Wittgenstein’s Picture Theory of the proposition” – by Kieran Anthony Cashell, M.A tutor in Philosophy at Mary Immaculate College; Ireland - é certamente possível fazer do *Tractatus* algo como um apêndice das escrituras.

Compactando, esboçando uma interpretação, “há um estado de espírito no mundo. Um estado de espírito não é o estado de um quarto; falar da própria dor não é como falar do próprio quarto; mas, assim mesmo, a dor não é uma questão “pessoal” por ser expressão de sensações naturais. Por outro lado, a linguagem não é uma linguagem “pessoal”, é um jogo contextualizado. Há um sentido no qual posso ter “minhas dores”, mas esse sentido é apenas gramatical”: denota-se que, para ele: 1) o sentimento não é pessoal, porque é natural, 2) a linguagem, igualmente, não é pessoal, porque é pública; logo, 3) dizer “dói-me”, ou quaisquer outros eventos “sentidos”, não é dizer nada pessoal (embora não se negue que haja tais estados ou “processos mentais”), já que referente ao que é natural e público; 4) logo, trata-se de entender que os termos a que se referem tais estados são incluídos em regras impessoais³⁸. Afinal para que: “(...) *tanta ênfase na determinação de significado efetivo de nossas expressões? A razão disso é que nós temos dificuldade em adquirir uma consciência adequada do significado de muitas de nossas palavras, das nuances semânticas que elas adquirem na dependência do contexto*” como indaga Costa, C. (ibidem, p. 41). Parece que Wittgenstein não consegue progredir nessa direção – aparentemente não. Basta lembrar o parágrafo introdutório do livro de Costa.

“O Tractatus Logico-philosophicus é um livro com cerca de oitenta páginas de aforismos numerados. O estilo oracular desses aforismos, tão sugestivos quanto ambíguos, e um insuficiente esclarecimento da maneira como devemos relacioná-los entre si, torna o entendimento quase impossível na falta de uma maior familiaridade com o contexto no qual eles foram formulados”. Filosofia da linguagem/ C. Costa – 2ª ed. Zahar; pág 25.

Uma “maior familiaridade com o contexto no qual eles foram formulados” não é suficiente para tornar o entendimento possível; exames posteriores permitem a outros autores encontrar sugestões reforçando as inúmeras e antípodas argumentações, indo do realismo ao antirrealismo, do metafísico ao neopositivismo; entendimentos inúmeros, uma Torre de Babel! Como indaga *Grahame Lock*, autor da citação pertencente ao Dicionário dos Filósofos:

“O que sobra na nova concepção da filosofia em Wittgenstein? Poderíamos, apesar de tudo, supor que ela tem algo para dizer? Sim, porque nós, filósofos, estamos sempre ameaçados por certos feitiços da linguagem. Alguns de nós sucumbem a eles na prática filosófica. A boa filosofia está sempre em luta contra esse feitiço linguístico, sempre sendo obrigada a enfrentar confusões, ciladas e embustes particulares, caraterísticos de sua própria época”.

Dificuldades de compreender o significado das nossas palavras? Não exatamente: a dificuldade que temos, vivendo nessa agremiação societária cientificista e fiscalista, teleguiado a partir de noções e confins imprecisos do estado-de-ser e escolasticismo tardios, é tornar a ser simples, sincero e verdadeiro, i.e., virtuoso. Imagino que toda luta necessitará, um dia, de alguma paz, definir e entender alguns termos, começando a falar das coisas que de fato são “o caso”.

³⁸ Nesse termos, Wittgenstein parece opinar que sentimento e linguagem não são pessoais, porque, respectivamente, natural e público; logo, falar das *dores próprias* não significa nada pessoal, nem nada de fato, sendo as dores da natureza, e não do âmbito da fala, e, os ditos, públicos, e não pessoais; implicando, que sendo essas dores verdadeiras ou fruto da imaginação, não fará diferença na expressividade dessas mesmas dores, que a expressividade sendo pessoal nada pode significar do que é da natureza, por um lado, e, nem do que é público, por outro – “natureza” e “público” não são esferas pessoais.

Problemas de linguagem se resolvem escutando melhor o outro, compartilhando, negociando e criando sentidos na relação. Justiça, coragem, prudência e temperança; confiança, credibilidade, consideração e respeito ao bom senso são, possivelmente, remédios eficazes, capazes de fechar os possíveis intervalos e desencaixes entre sinais e sinalizados – desfazendo-se os nós.

DO AUTOR DA PALAVRA

A verdade ilumina quando o processo da veracidade traz os bons frutos da intenção, enraizados na compreensão e aceitação do estado-de-ser reconhecido e louvado como ele é, sem extrapolações nem reduções: na justa apreciação do etos como nascedouro da ética e estética.

DO PLANO DO VERBUM AO PLANO DA AÇÃO HUMANA

Neste âmbito sincrônico e coexistencial da linguagem, como fenômeno “sendo aí”, funcional, o ato de falar demonstra um poder de representatividade; o reverso intuitivo desse conceito é que a fala traduz, imita, ou copia, a realidade como uma imagem, sendo, ou não, revestida de autenticidade³⁹. É no âmbito dessa constatação que Austin continua a pesquisa inicial, separando os aspectos “causativos” da fala numa categoria à parte. Nesse enfoque inicial, a oração ainda é estudada como instrumento: a veracidade é uma operação de adequação, conectando a oração com o assunto representado, como uma enzima ao seu substrato; a veracidade ainda é extrudada do âmbito do falante, do ser que fala. Nos seus fundamentos, a “Teoria dos Performativos” implica: 1) a oração linguística básica é *declarativa* (ou constativa); 2) a função principal da linguagem é *descrever* um estado de coisa; e 3) o significado da oração pode ser descrito em termos de verdade ou falsidade. Austin não tarda a reconhecer que o fenômeno é consideravelmente mais complexo, poucas sentenças são apenas constativas; sentenças encerram *performances*: agem no contexto onde são proferidas. - “*O relógio está na mesa!*” - como expressão, poderá ser uma constatação ou declaração adequada, um estado de fato; ou, um ato criticando um sujeito distraído e leviano acusando alguém de ter perdido o objeto. “*Eu te dou o relógio*”, dizendo e fazendo a doação, logo após perder alguma aposta, será um ato, mas, igualmente, constatará e comprovará, em tempo real, o pagamento da dívida: será, portanto, uma performance e, ao mesmo tempo, um ato constatável. De posse desses conceitos, Austin inicia a definição da *Teoria dos Atos de Fala*, examinando o que acontece no discurso e esquematizando três atos essenciais: 1) ato locucionário; 2) ato ilocucionário; 3) ato perlocucionário. Sendo o primeiro – o ato locucionário – por sua vez formado de três *subatos*: a) fonéticos; b) fáticos e c) réticos.

Ato locucionário: exemplificando: - José: “*A flor no canteiro é amarela?*” - Ana: “*Sim! É amarela!*”. 1) Na expressão, José está produzindo movimentos corporais – da boca, do diafragma e da língua – gerando um som específico, uma expressão vocal, i.e., um *ato fonético*, (“*a phonetic act*”, especificamente “*a phone*”). 2) José, igualmente, produz, um ato de linguagem, ou uma fala, propriamente dita, de acordo com convenções lexicais e gramaticais típicas de

³⁹ É nesse conjunto de conceitos que Wittgenstein vislumbra a “Teoria Pictorial” e, como neopositivista, imagina ser possível estabelecer e formular alguma “conexão substancial” e primária entre palavras e coisas.

alguma comunidade, neste caso, uma oração da língua portuguesa, ou *ato fático* (“*a phatic act*”, especificamente “*a pheme*”) e isso independentemente das considerações de conteúdo e significados – seriam um “*pheme*” as expressões vocais sem sentido: “*a vermelha regular não é visível, mas ruído, ausente*”. 3) Agora usar esse “*pheme*”, isto que está se dizendo, com forma definida, sentido e referência, como no caso “*a flor no canteiro é amarela?*”, isso é perfazer um *ato rético* (“*a rhetic act*”, especificamente “*a rheme*”). Nota-se que todos os *rhemes* são subclasses significativas e específicas de *phemes*, que, por sua vez, são subclasses de *phones*. No estudo da linguística, não se pode performar atos réticos sem igualmente performar atos fáticos e fonéticos; esses três atos de fala formam, em conjunto, um ato dito locucionário, ato de dizer alguma coisa. Nesses termos, é evidente que a linguística abrange apenas uma parte do que possa veicular comunicação e sentido. Apontar com o dedo, com os olhos e significar com gestos constituem posturas estáticas e dinâmicas fazendo sentido; embora não considerados nestes estudos linguísticos, mas capazes de transitar comunicados e modular o que está sendo dito, de modo profundo e significativo, reforçando e acompanhando, ou não, ou até mesmo contradizendo e anulando, a veracidade pretendida no discurso e na fala em-si.

Ato ilocucionário é o que se encontra acrescido, ou embutido, na oração como atuação não necessariamente dita, mas implícita no âmbito e contexto, conferindo autoridade às frases. Uma criança passeando no jardim florido e dizendo: “duas coisas verdes”, “três vermelhas”, “uma amarela”, estará agindo do modo locutório, mas não necessariamente apenas no sentido de *constar*; poderá – na dependência do contexto – estar performando atos ilocucionários de aprendizagem, i.e., aprendendo, contando, informando, explicitando, ensinando, etc. Dependendo do tom, cada afirmação poderá até ser uma indagação, como no ato ilocucionário explicitado no exemplo “*A flor no canteiro é amarela?*” – podendo trazer no contexto a explicação implícita: “*desse ponto de vista contra o sol no qual me encontro, não sei ao certo qual é a cor do objeto*”. O ato ilocucionário vai além de apenas noticiar, trata da utilização ativa da locução em busca de alguma realização, existe nele força e comando conjugando ação.

Ato perlocutório é a resposta incitada pelo *ato de fala* no intercâmbio das interações, na dialógica, no ato do discurso; eis o *ato perlocucionário*: é o efeito/resposta da comunicação, da expressão, sobre o mundo dos objetos, das funções, dos conceitos, a partir das respostas do receptor; é o fruto pleno e realizado da comunicação, a demonstração da sua faculdade, poder ou condão.

O ponto fundamental é que Austin, diferentemente de Wittgenstein, está aberto a confrontar a sua metodologia com inúmeras sentenças que nada constatarem, nem tampouco referem-se a algo podendo ser avaliado em termo V/F, verdade ou falsidade. “*Quando estiver com tempo, trarei o livro!*”, nessa sentença, ou *rheme*, nada se constata de factual, nada pode ser definido como V ou F, reconhece-se que o proferimento não é em si falso ou verdadeiro, mas que poderá ser bem ou mal sucedido; isto é, “ser feliz ou infeliz” em relação aos seus efeitos, resultados ou consequências. Portanto, trabalhando na sua teoria, Austin reconhece que emitir sentenças é, fundamentalmente, “executar uma performance”, um ato: falar é antes de tudo *ato factitivo*, causativo, incitador ou provocador, instaurando projetos e motivações – é um *ato ideomotor*. O

ato de falar implica elementos circunscritos não apenas na linguagem, mas também no contexto. Trata-se de uma triangulação onde: 1) palavras revestidas de significados; 2) proferidas nos inter-relacionamentos e por certas pessoas; 3) em circunstâncias definidas, produzem certos efeitos. Dizer: “*Não é permitido!*”, é uma simples sentença que poderá ter inúmeros significados na dependência dos contextos, dos falantes e ouvintes: falando-se no mundo das crianças ou dos adultos, em que circunstâncias, lugares, enquadramentos sociais, históricos e políticos, laicos ou religiosos, imbuída, ou não, de autoridade. Nessa contextualização da busca, a ideia de verdade se transforma em algo consequencial, ou decorrente por processo.

J. R. Searle⁴⁰ meditando na noção de veracidade, associada ao uso de sentenças, substitui, na sua interpretação, o “ato rético” pelo ato por ele denominado de “ato proposicional”, desvinculando, assim, a Teoria dos Atos de Fala da preocupação, antes apontada na Teoria dos Performativos, com a fidelidade, autenticidade e veracidade das sentenças em si. Searle, dessa forma, contribui para esclarecer, ainda mais, a redescoberta desse sentido orgânico da linguagem cujo estudo volta a se aproximar da abordagem dos filósofos antigos trabalhando com o conceito de *Logos*. Com Austin e Searle, a linguística se torna filosófica, se humaniza descrevendo-se um “sujeito emitindo ato de fala”: os sujeitos falantes, desconsiderados em Wittgenstein, tornam-se presentes, usando a linguagem para agir. Trata-se de um processo de revivificação linguística, entendida como realidade social e subjetiva, de natureza dinâmica e criativa. Contudo, Austin e Searle não abordam o que aqui denomino de “Quinto Ato de Fala”: a relação ontológica essencial e criativa do ser falante com a virtude da fala, consagrando-se em autodescrição e intenção.

DA PRAGMÁTICA À PRAXEOLOGIA – funcionalidade e criteriologia

Com Habermas, a *Teoria dos (três) Atos de Fala* de Austin e Searle se elabora numa quadra de princípios, destacando e modulando “valores universais”; uma estruturação contextualizada, na qual os atos de fala acontecem, independentemente do valor de verdade das proposições, como correntes transitando estímulos diversos, animando um corpo societário com características políticas definidas. Para Habermas, falar significa perfazer *quatro atos de fala*: 1) atos de fala comunicativos: emitindo mensagens linguísticas; 2) atos de fala constatativos: explicitando cognição (expor conhecimentos, noticiar pontos de vista e entendimentos, notificações, apontamentos, narração); 3) atos de fala regulativos: emitindo, no âmbito das relações, uma estrutura normativa pertencente ao falante, tais como: regras, convenções, ordenamentos, opiniões, comentários; 4) atos de fala representativos: a maneira do sujeito se apresentar frente ao ouvinte ou auditório, a atitude do sujeito no solar da abertura comunicativa. O interesse teórico dessa quaternidade diretiva dos atos de fala é pôr em relevo uma praxiologia, como uma política linguística societária geral, apoiada em cada um dos atos. É como se a atividade e atitude linguística, por excelência, constituísse uma imensa estrutura tetravalente geradora de sentenças, um engenho de fala estruturado em quatro pilares argumentativos - como uma carruagem de quatro rodas, uma constituição em quatro capítulos, um posicionamento

⁴⁰ J.R Searle, aluno de Austin, desenvolveu a *Teoria dos Atos de Fala* a partir da investigação do seu professor – teoria servindo de base para o projeto de Habermas.

fundamentado numa rosa-dos-ventos, cujo norte pudesse ser escolhido e regulado, apontando ou não, a realidade magnética. Detalhando mais os atos de fala como desenhados por Habermas e comentados por Costa, 1) o primeiro ato de fala, comunicativo, transita e valida *inteligibilidade*: permitindo um fluxo onde formas de compreensibilidade constroem comunicados - a sua referência central é a fala em si, a língua nacional, a ordem linguística inscrita na comunidade e no sujeito de acordo com formas causais. 2) O segundo ato de fala, constatativo, funciona transitando veracidade, pretendendo estabelecer formas de *correspondência* válidas entre o domínio linguístico e o que está sendo sinalizado: a sua referência central é o predicado, aquilo de que se fala aponta e conecta com a natureza objetiva, tangenciando a natureza sensorial, o estado de coisa ou a natureza urbana. 3) O terceiro ato de fala, regulativo, transita padrões, normas, usos e costumes, “eficiências performativas” na fraseologia de Austin, a sua referência central é a *cultura* refletida pelo sujeito⁴¹, o estado comunitário ou societário nas suas regências políticas e classistas. 4) O quarto ato de fala, representativo, participa modos de ser e características existenciais - a sua referência central é a natureza e *identidade* do sujeito, enraíza nas afiliações e compromissos privados, nos ambientes onde a identidade adere.

É notório que tanto Austin quanto Habermas tendem a estudar o fenômeno linguístico alienado do posicionamento ético e estético do falante, i.e., discutindo e objetificando o assunto analisado a partir dos métodos, paradigmas e epistemologia científica, aplicados à linguística e sociologia; não investigam o exercício pleno e locado da palavra, incluindo, além das suas formas, o sentido filosófico por ela veiculado e cultivado pelo falante. Esses pesquisadores aplicam um modelo considerando a fala um produto esvaziado de perspectivas filosóficas, uma utilidade disponível, ao lado do falante; assim procedendo, desvendam significados formais, *in totum*, de natureza mais quantitativa, por concentrarem a orientação da busca a partir dos significantes, apontando na direção dos significados, das objetificações matematizáveis. Desconhecem uma possível relação criativa entre: 1) os paradigmas filosóficos, galgados nas suas experiências culturais específicas e conhecimentos, 2) com a natureza e a categoria dos atos de fala; formas linguísticas, praxeologias e estruturas societárias, condicionando os *universais* por eles desvendados. Não percebem que, sem reducionismos nem extrapolações, a característica fundamental do fenômeno linguístico é ser *formador*. A consideração primeira (e respeito) à evidente criatividade, cognitiva e formativa, intrínseca ao exercício da palavra, elucida que cada ato de fala, no estabelecimento de relações esclarecedoras trianguladas entre 1) termos, 2) indivíduos e 3) contexto, instaura e exercita um movimento binário, como as duas fases de uma corrente, as duas margens de uma pauta, funcionalidade e criteriologia: (a) uma funcionalidade veiculando sinais, com formas linguísticas e pragmáticas definidas; e (b) uma criteriologia, configuração ética e afetiva, estética, com ponderação de valores: assim sendo, não é possível compreender a significância plena do fenômeno da fala, conhecer a sua natureza, possibilidades e limites, sem devidamente considerar e discriminar “a” de “b”, não confundindo *função* com *critério*, como conotado, quando imaginando encontrar parâmetros de veracidade ou falsidade nos atributos da funcionalidade. As funções e formas linguísticas, os *termos*, veiculam critérios de valores, *temas*: não exigem, obrigam ou selecionam os temas e critérios; os valores, a qualidade das proposições

⁴¹ Cultura e *status* cultural.

tópicas ou gerais da linguagem, poderão oscilar nos antípodas das ordens delimitadas pela ética e estética – uma variação demonstrando a independência dos valores em relação às formas, ou estrutura dos atos. Por isso, C. Costa (ver: *Filosofia da Linguagem* / Cláudio Costa. 2ª ed. RJ: Jorge Zahar Ed., 2003; - pág. 51) explanando a teoria de Habermas, destaca a nomenclatura “*pretensão de validade dos atos de fala*” e, logo adiante, interroga (ver p. 54; ib): “*como avaliar a legitimidade ou verdade real dessas pretensões?*”. Para melhor perceber essa distinção fundamental entre a função veicular dos atos de fala e a aptidão crítica, pode ser recomendável experimentar, ou testar, uma distorção mais sensível, corporal, da pragmática universal quaternária como descrita por Habermas, introduzindo uma substituição das formas linguísticas por elementos de comunicação não verbais, fora do radar da prática linguística; imaginar as funções veiculadas por esses atos expendidos de “fala” em termos de faculdades pré-linguísticas, atitude, consideração, maneira e humor manifestos em relação ao outro⁴²: a atitude diante do outro; a consideração, ou atenção com o outro; a maneira de interagir; o humor, ou o modo afetivo: atos funcionais comunicativos, exemplarmente capazes de transitarem critérios e temas de valores variáveis, rigorosamente opostos, antipódicos, como: 1) atitude: encontro *versus* desencontro; 2) consideração: respeito *v.* desrespeito; 3) maneira: entendimento *v.* desentendimento; 4) humor: amizade *v.* inimizade.

A ênfase apontada no parágrafo acima, discriminando entre (a) funções linguísticas intrínsecas e contextuais e (b) critérios éticos, temáticas e valores no exercício da palavra não existem em Habermas e não se explicitam no trabalho de C. Costa, onde, possivelmente de acordo com Habermas, o quarto ato de fala, representativo, “*pretende sinceridade, ou veracidade, de modo a fazer com que o ouvinte acredite e confie nele*”. Veracidade, ou sinceridade suficiente não capacita pretensões, mas presença impressiva, afirmações resolutas, confiáveis e congruentes, e, assim sendo, evidentes. A constância intrínseca da sinceridade, quando real e verdadeira, não demanda um ato de fala representativo, uma “representação”, para manifestar-se - evidência que trataremos logo adiante, distinguindo uma relação filosófica essencial até o momento não confrontada no âmbito desse estudo da “*Filosofia da Linguagem*”. Se o quarto ato de fala Habermas funciona validando caracterizações, “pretendendo” participar modos de ser e características existenciais, sendo a sua referência essencial a natureza e identidade do sujeito, evidencia-se que a função identificadora não carrega em si, necessariamente, virtude, porque o estado-de-ser, como identidade, ou natureza humana, não obriga a ser virtuoso: os *atos de fala* podem veicular e transitar vícios, ignorância, irresolução, até mesmo “pretensões”; mas, com efeito, se superarão em vontade, bondade e liberdade, apenas no exercício incondicionado da virtude, como ato de lucidez racional, apto a atuar no campo de domínio e poder do ser humano verdadeiro. Essa virtude, a sinceridade, declama verdades no ato de fala, quando o ato de fala é positivamente orientado e intencionado como ato de *Logos*, e não “pretende”, velado em nebulosas definições. A dificuldade, aqui apontada, notifica-se quando Habermas e Costa se preocupam em saber “*como então, nesse ‘estado de ser falante’ avaliar se essa pretensão de validade é legítima; verdadeira; justamente ordenada?*”. Habermas e os culturalistas em geral,

⁴² Que não seria, especificamente um *interlocutor*; mas, precisamente, um “*inter-ilocutor*”.

como se procurando evitar delimitar a responsabilidade do ser lúcido e sábio⁴³, atribuem à capacidade consensual do discurso social geral, ou pontuado entre interlocutores e assuntos definidos, a virtude de se constituir, em-si, a fonte ou origem do critério de verdade. A voz do povo (dos grupos, ou dos plebiscitos) passa a ser, de uma forma não claramente definida, a verdade, uma veracidade essencialmente consensual, sem direção responsável.

DA FALSA DICOTOMIA - do valor e dos atos

Em Austin e Searle, através dos atos locucionários, ilocucionários, perlocucionários e proposicionais, o ato da fala é descrito e posicionado no ser: conectando a palavra com a mão, agindo e realizando, até promover uma mobilização. Com Habermas, o conceito se completa: o ser, já falante, atuando, é demonstrado como sendo direcionado e orientado no seu contexto: os atos de fala se conectam ao mundo, socialmente delimitados e apreendidos, coordenados. Com esses autores, o ato de fala é posicionado, o indivíduo abrange mais, coordena mais a linguagem, declarando e comentando; mas, ainda não é reconhecido como responsável pela virtude e condão da fala, não está empossado de criatividade, verdadeiramente desenhando a vida qualitativamente através dos seus atos de fala. A verdade emanando do ser, nos critérios e formatos qualificados da sinceridade se desconhece: uma mera “pretensão”, ou aspiração, de sinceridade ou veracidade é idêntica à sinceridade e veracidade. De fato, a veracidade é entendida como secundariamente significativa, de domínio público; como a dor em Wittgenstein: “não é que ela não exista, mas é que com ou sem ela (...)”, i.e., real ou pretendida, “a estrutura substancial (...)”, ou pragmática locucionária universal, “regulando os atos de fala é idêntica”. Estudada como objeto, esvaziada da sua natureza existencial profunda, destituída do seu ânimo interior, da sua intencionalidade e constitucionalidade, essa longa estrutura histórica, autopoietica, a palavra formadora de vida e entendimento por seleção ativa, se reduz a “atos de fala” como gestos públicos desprovidos de sabedoria filosófica. O método científico aplicado ao estudo da palavra desemboca o falante da estrutura linguística introduzindo uma dicotomia espúria, ilusória, onde a linguagem é imaginada como alguma substancialidade alimentando uma estrutura regente de atos de fala e eventualmente posta para atuar e agir. Uma metodológica drasticamente redutora, como seria – no domínio das ciências naturais – querer estudar a fisiologia de um animal examinando um corte de tecido seccionado no micrótomo e visto no plano da lâmina do microscópio. Em tal investigação, o sentido realizado do ato, o etos, (como, nessa alegoria, a função do tecido) se marginaliza e localiza fora do âmbito da pesquisa, no caso, dissociado dos atos de fala (ou na metáfora fora da peça em estudo) para localizar-se além (em outros pedaços não definidos de tecido), em outras relações hipotéticas, de onde se poderá, talvez e num futuro incerto, verificar a verdade, ou o sentido do ato, mas sem jamais poder avaliar o valor filosófico, metafísico, dos atos de fala. Nessa dicotomia, a veracidade, evidente atributo e valor do falante, é imaginada como um fundamento agregado à estrutura linguística do discurso, e um “discurso ideal” parece ser necessário para comunicar verdades; algo imaginado possível:

⁴³ Responsabilidade locada em cada um, a partir de si mesmo; responsabilidade pela construção do seu conhecimento, criticado à luz da sua própria criatividade, no ato de examinar melhor a natureza do intervalo existencial entre si mesmo e o “outro”.

“*Numa situação dialógica onde inexistisse a coerção; caracterizar-se-ia pela possibilidade simétrica de todos os participantes do discurso escolherem e exercerem atos de fala comunicativos, constatativos, regulativos e representativos. Faria se valer a coação sem coerção do melhor*” (ibidem; p. 56-57).

Portanto, em Habermas, uma política ideal, situação necessária à instalação do discurso ideal e da veracidade, imaginada consequencial ou sintônica, passa a ser uma “situação pública”, uma entidade misteriosa nos seus fundamentos, onde ideais geradores de veracidades pressupostas por hipóteses, procedem de origem ignota: assim sendo, a situação societária impera de acordo com aspirações indefinidas, legitimando (ou não) estranhos potenciais de veracidade transcendentais. Para Habermas, a sugestão em que os valores referem-se a pretensões, ou aspirações fundamentadas na estrutura do discurso, faz surgir a seguinte questão: o que permite decidir a autenticidade das “pretensões de validade”? O que poderia, adequadamente, afiançar a justiça e a correção da intenção e sinceridade? Condicionado a uma abordagem cientificista dificultando a integração do sujeito aos determinismos da pesquisa, Habermas entende:

“A situação ideal de fala deve ser sempre suposta no discurso, ainda que na prática não se consiga ir além de grosseiras aproximações. Um ‘ideal de fala’ como situação dialógica onde inexistisse coerção; caracterizada pela possibilidade simétrica de todos os participantes do discurso escolherem e exercerem atos de fala comunicativos, constatativos, regulativos e representativos”.

Trata-se de uma situação na qual se faz valer - no dizer de Habermas, de acordo com Costa (p. 57 ib): “*a coação sem coerção do melhor argumento*”, o que garantiria uma veracidade afiançável no estabelecimento de um consenso matemático relativo às ideias propostas - a preponderância contábil da ideia como critério de verdade. Para ele, é essa a “situação ideal de fala” garantindo ao discurso o seu papel legitimador das pretensões de validade. Costa, demonstrando não aceitar integralmente o conceito, comenta (nessa mesma p. 57):

“Vimos que a legitimidade das pretensões de validade dos proferimentos – constatativo e regulativo - se deixa resgatar no discurso. O mesmo não ocorre com as outras duas pretensões: a inteligibilidade já se encontra pressuposta onde quer que haja discurso (transcende na sua elaboração o âmbito do discurso) e a pretensão de veracidade não se deixa resgatar em situação de livre diálogo já que os participantes poderão não ser sinceros nem para outros, nem para si mesmos. A pretensão de veracidade se deixa resgatar no curso das ações do falante nas quais podemos avaliar a coerência entre o que se diz e faz”.

Diversas ponderações se tornam necessárias, tanto sobre o contraste entre o que parece dizer Habermas e o comentário de Costa quanto sobre os conceitos em si. Habermas evoca “*a necessidade de supor a situação ideal*” para garantir a veracidade (das aspirações) e autenticidade dos atos de fala - sondados em termos de predomínio ou consenso. Costa parece não aceitar, totalmente, essa suposição, retirando parte dessa suposta garantia apriorística de veracidade e autenticidade no âmbito dos atos de fala, contabilizados ou não, procurando garantia nas correspondências, lá, na realidade, esfera onde os métodos científicos, e as estatísticas, são mais efetivos que os praxiológicos: i.e., não apenas na ordem dos consensos, quanto nas correspondências entre *fala* e *ação*, entre discursos, atitudes e resultados

subsequentes: “a pretensão de veracidade não se deixa resgatar em situação de livre diálogo (...) deixa-se resgatar no curso das ações do falante nas quais podemos avaliar a coerência entre o que se diz e faz”. Nestas declarações, além da autenticidade das proposições, como sondáveis, seja na virtude quantitativa do consenso, em si, ou nas verdades por correspondência, discute-se, igualmente, a “legitimidade” do discurso, notando-se algumas divergências: o que parece dizer Habermas é que “a situação ideal de fala garante ao discurso o seu papel legitimador das pretensões de validade”, o que não é o mesmo comentado por Costa quando afirma essa restrição: “a legitimidade dos proferimentos – no caso ‘constatativos’ e ‘regulativos’ - se deixam resgatar nos métodos, discursos e consensos” (...), mas “a pretensão de veracidade não se deixa resgatar em situação de livre diálogo”. Habermas afirma a universalidade da “situação ideal” geradora de veracidade, garantida por suposição, admitindo e assumindo ser possível existir uma situação ideal, *a priori*, apesar dos fatos: nesse caso, as pretensões de validade se legitimam no discurso. Isto é, a verdade passa a ser por definição uma ideologia⁴⁴ elevada, ou eleita, politicamente, ao estatuto de verdade. Trata-se das verdades impessoais das polis, das verdades automáticas, de todos, e de ninguém: das verdades, sem autoria, das maiorias, ou das verdades, tantas vezes irresponsáveis, de elites gozando imunidades. Costa aplica esses princípios discursivos tentando evitar os pressupostos ideológicos; restringindo a legitimidade das pretensões de validade dos proferimentos aos atos de fala constatativos e regulativos, por intermédio das relações fenomênicas, igualmente sondáveis por análise estatística, confrontando: 1) as regras assumidas por consenso, com 2) normas regentes, i.e., a carta social constitucional; fenômenos verificáveis na observação e constatação das correspondências entre consensos e normas. Assumindo que o falante poderá não ser sincero, ele não considera possível resgatar veracidade e sinceridade no discurso em si, e, assim sendo, trata fundamentalmente a) de verdades políticas, consensuais, no âmbito de mandatos e deveres, obediências, ou b) de verdades científicas, provisionais, ou por correspondências, conferindo a natureza dos ditos com a natureza dos resultados; nesse caso, o esquema dito “universal” de Habermas não transita valores éticos e estéticos “universais”, mas sim subprodutos políticos, científicos e ideológicos, operando em âmbitos societários ou comunitários específicos (sociedades democráticas, republicanas, onde a competitividade e os aspetos quantitativos do “ter” imperaram sobre a sinceridade e os aspetos qualitativos de “ser”⁴⁵). Nos dois casos, há um fracasso em ponderar e ajuizar o valor de verdade do estado-de-ser humano, sua responsabilidade frente à validade ética do discurso e a realidade. A validade ameaça, intenta chegar no imo do estado-de-ser, mas não se apura: rebota nos consensos políticos, na objetividade dos métodos científicos, em conferências pontuais, ou então mergulha nas águas turvas das ideologias, onde os valores se dissolvem na irresponsabilidade dos interesses privados e da psicologia dos grupos.

À luz da razão natural e contemplativa, se reconhece que “o engenho processador dos atos de fala” funciona idealmente, universalmente e sem cessar, trazendo ao mundo, obediente como o gênio da lâmpada de Aladim, não apenas o que se pensa, fala, diz, publica ou discorre, mas o que se intenciona, pensa e imagina: o que se faz de modo ilocucionário, consciente ou

⁴⁴ Sistema de ideias (crenças, tradições, princípios e mitos) interdependentes, sustentadas por um grupo social de qualquer natureza ou dimensão, que refletem, racionalizam e defendem os próprios interesses e compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos ou econômicos.

⁴⁵ Empréstimo de uma fraseologia típica do existencialista Eric Fromm.

inconscientemente. A máquina processadora dos atos de fala e de ser atua de acordo com o que, em si, à luz da sua razão e sentido profundo, o indivíduo crê, supõe ou aceita introjetar: seja um estado-de-ser válido e virtuoso, ou inválido e ignorante, o que de si mesmo se pensa, escolhe e julga, se acha e se fundamenta. Como processo formador e gerador, visível, dada a se ver, a veracidade desfralda nas sociedades como o estado de coisa genérico do ser social. A verdade ilumina quando o processo da veracidade traz os bons frutos da intenção, enraizados na compreensão e aceitação do estado-de-ser reconhecido e louvado como ele é, sem extrapolações nem reduções: na justa apreciação do etos como nascedouro da ética e estética.

DO PROCESSO DA VERDADE

O fluxo contextualizado de comunicação societária apresenta uma estrutura definida, genérica e peculiar, atinente, em sintonia e sincronia coexistencial com desenvolvimentos históricos, socioculturais e políticos definidos. O indivíduo radicado numa circunstância compartilha necessariamente um estatuto comunitário ou social, civítico ou político de ser, implicando um contexto linguístico histórico, onde usos e costumes psicossociais estruturam a comunicação numa dinâmica funcional: a “*pragmática universal*”, proposta por Habermas, fornece uma descrição geral satisfatória da comunicação do ponto de vista linguístico. Sendo essa estrutura “universal”, valendo para a humanidade, como pretende Habermas, ela se inter-relaciona aos modelos civilizacionais historicamente observáveis, sujeitos a variações antípodas, tais como hábitos, origens e desenlaces⁴⁶: a observação histórica acumulada, acrescida do conhecimento filosófico essencial atinente ao estado-de-ser, serão, plausivelmente, aptos a determinar critérios e valores apreciativos em relação às morfologias ideológicas, cognitivas, linguísticas (nesse sentido ampliado) e psicossociais. Tal sabedoria filosófica realiza-se, simplesmente, 1) contrastando, numa apreciação transcultural, as várias definições estruturais societárias ou civilizacionais, 2) com os insights oriundos do conhecimento profundo de estado-de-ser, das inserções eco-humanistas, da consciência etológica⁴⁷, estética e ética: resultando, tal correlação, na descoberta de modos mais sensatos de viver e coexistir junto à natureza, i.e., cosmovisões, ou modos biopsicossociais e psicolinguísticos, de evolução mais virtuosa e ponderada. Cosmovisões verdadeiramente universais, não apenas de um ponto de vista intracultural, mas incluindo uma apreciação e conhecimento de si, do seu valor próprio, da existencialidade fusionando cosmos e consciência de ser, num estado unitário e presente, transmutável, criativo e efêmero, mas transindividualmente perene nos horizontes do eixo cosmo- existencial.

Num contexto histórico, específico e definido, comparável a outros, não há, com lucidez: 1) *supor* “estar numa situação de fala ideal, com veracidade e autenticidade” – como parece afirmar Habermas - não vigendo nem existindo tal contexto; 2) nem *imaginar* realisticamente estar “num estado dialógico onde inexistente coerção, caracterizado pela simetria”, não existindo mais anfiteatros, havendo tribunas; 3) vislumbrar “todos os participantes do discurso escolhendo e exercitando igualmente atos de fala”, não existindo esse exercício, havendo microfones de bocas cativas. Como *supor* “garantido no discurso um papel legitimador das pretensões de validade”,

⁴⁶ Como se observa nas civilizações egípcia, jônica, druídica, helênica, judaico-cristã, incaica, oriental, ocidental e outras.

⁴⁷ Consciência do estado-de-ser, ambiental e em si.

supor o discurso autêntico e legítimo, tornaria esse discurso verdadeiro e autêntico, a não ser nos frontispícios da imaginação e fantasia, das suposições? Elevar uma suposição e imaginação a um status de verdade não realiza nem justifica a suposição. Não que seja impossível “supor” estar atuando num estado dialógico onde inexiste coerção, a imaginação não tem limites; mas, a 1) hipótese na qual todos os participantes do discurso exerceriam atos de fala simétricos não é, sustentável numa sociedade superestratificada onde uma minoria regula tradicionalmente a vida da maioria; tal sintonia existiria apenas numa comunidade não violenta; 2) o consenso dito democrático, mesmo na eventualidade de uma administração precisa e justa da estrutura eleitoral, não garante a universalidade e legitimidade dos valores éticos: essa legitimidade só é garantida quando real: por demonstração de autenticidade e lucidez na atualidade da vida social. É plausível que condições como manipulações e seduções desvirtuem as intenções e desejos, mas o exercício da vontade e da sua expressividade como atos de fala e pensar, não pode ser sistematicamente coagido⁴⁸: a praxe e condução dos atos de fala estão no poder de quem fala. Assim sendo, a veracidade, o que é, manifesta-se naturalmente na esfera humana, comunitária e societária, nos reinos, ou âmbitos, onde operam e valem os comunicados. É dado para se ver [para *ver é dado*, em verdade] o bem, o mal, as sabedorias ou as ignorâncias, que se pensam, dizem, condizem e, necessariamente, *ilocutam-se* e *perlocutam-se*⁴⁹, jamais outra coisa, nem mesmo por “suposição”. O processo da verdade grita ao mundo apesar das propagandas, notícias enganosas, ditos insensatos, inverídicos e insinceros. A insinceridade não se manifesta: o que não é não é. A veracidade se desdobra de acordo com o que se pensa, imagina, diz e afirma. No império dos embustes e das imposturas, a falsidade age e atua, fabricando uma bolha de mentiras: o princípio da verdade, como processo, conecta o que realmente se imagina, pensa, *ilocutiona* e *perlocuta*, aos atos e realizações sociopolíticas. A realidade é um fenômeno cosmo-existencial, sempre e idealmente, apontando veracidade: seja a veracidade de indivíduos sinceros e puros, neste sentido ético, sábios e “verdadeiros”, ou, a veracidade dos impostores. Ser verdadeiro, com efeito, é ser virtuoso; ser mentiroso não é ser virtuoso, é ignorar a si mesmo, revelando a veracidade de um estado-de-ser ignorante.

Existe, além dos *atos de fala* estudados como instrumentos ou objetos, a possibilidade potencial da ação do *Logos*⁵⁰, manifestação humana e cosmo-existencial, do *verbum*, resultante de uma anuência plena e sábia⁵¹ com a melhor natureza do estado-de-ser; reconhecer-se legítimo e

⁴⁸ Desde Zenão de Cício (335-264a.C) e seus seguidores, sabe-se que no centro do estado-de-ser não existe *coerção*; permanecer vivo, cuidando da vida, implica uma concórdia e anuência profundas, não se sobrevive coagido, sem um grau central e essencial de anuência.

⁴⁹ Formas verbais que derivam dos termos austinianos “*ato ilocucionário*” - designando o que é embutido na oração, posto a atuar, sem, necessariamente, ser dito, realizando e conjugando ação -, e “*ato perlocutório*”, como resposta incitada no ato do discurso, realização profunda da comunicação.

⁵⁰ *Logos* como “ato positivo e supremo de fala” ciente e plenamente contextualizado, como ação e estado ciente de “ser-falante”: a junção entre “ser” e “forma”: *ser* que de *alguma forma*, bem ou mal, define-se e constrói-se falando [naturando e falando, especificamente sendo, sentindo, pensando, atuando e falando]. Isso é “ser falante”, ou seja, “ser humano”, produto linguístico e, igualmente, senhor dos atos de fala, ou da palavra, e, assim sendo, veículo possível de *atos de Logos*, quando “bem sendo”: com sensatez e bom senso, anuindo com a natureza e o ser, o estado-de-ser, reconhecendo-se legítimo e verdadeiro.

⁵¹ Como anteriormente denotado, tal sabedoria filosófica fundamenta-se, numa apreciação transcultural e descomprometida das estruturas societárias e civilizacionais, à luz dos insights da razão natural, oriundos do conhecimento criativo e original, próprios, do estado-de-ser e das suas inserções eco-humanistas, conhecimento confrontado além das determinações éticas normativas, em buscas metafísicas enraizadas em apreciações estéticas: resultando, tais correlações, na descoberta dos modos - ou da etologia

verdadeiro, assim se descrevendo amplamente, das esferas míticas às cotidianas; atuando e cumprindo esse sentido, criando uma vida, um destino, assentado no contexto e talento do estado-de-ser próprio; de si mesmo ciente, sereno, imaginando, pensando e falando, em harmonia. Os atos de fala – como descritos por Austin e Habermas - examinam o produto, a fala, isolada e pública, sem reconhecer e acolher a sabedoria e criatividade do falante, a sua responsabilidade plena e constitutiva.

Necessariamente em contexto, o estado-de-ser, constituído como “falante”, definindo-se positivo e verdadeiro, veiculando o *Logos*, é *Logos*. O *Logos*, como essência dos atos de fala, ciente e livremente posto a atuar, responde formando o estado-de-ser, *perlocutando* a vida: o indivíduo se torna criativo, dotado de uma responsabilidade, quando percebe que os atos de fala carregam e *perlocutam* veracidade, conectando imaginações, pensamentos, intenções, fala e expressões ilocutórias – o dito e o não dito, o bem dito e o mal dito – às realidades existenciais, privadas, societárias e políticas.

É no sujeito falante que está enraizado o sentido de tudo: um sentido que se funde com um estado-de-ser ciente e essencial, não possuindo sentido alheio. O sentido-de-ser é parte inteira, conjuntiva e agregada, da ciência de atuar, pensar e falar, selando o poder de ser sincero. A verdade finca a raiz central no marco etológico, a sua seiva de origem mana do *etos*, de onde arrima um sentido ético existencial; não se origina nas correspondências científicas dos atos de fala, nem no seu valor consensual: a verdade só pode se assentar primordialmente, no centro interior, onde a sinceridade e pureza da ideia e fala enraízam e individualizam-se no estado-de-ser. Ciente e desperto na realidade do estado-de-ser é ser ciente de ser conjunto, a ideia e o ato vivo de ser atual e real, presente e sensível: o estado-de-ser ciente é a realidade e verdade indivisa da ideia de ser atuante; e a verdade se realiza e forja em-si, no estado-de-ser lúcido, pensante, atuante e falante, reconhecido e vivido como tal. A verdade mais central é o estado-de-ser agregando, num mistério conjuntivo, um nome(eu) e verbo(sou) – eu sou de verdade - em laço indiviso: essa verdade reconhecida e confrontada sem negação, rejeição, extrapolação, ou abuso, simplesmente anuída, configura um estado-de-ser virtuoso; a verdade encontra-se nessa sincronia íntima, original e profunda, cósmica. A coexistencialidade onde assenta a verdade não se loca na linguagem analisada como instrumento sincrônico por especialistas, nem nas conexões semânticas e semióticas dos signos com as coisas do mundo, mas sim na junção viva da voz e do verbo: em mim, em tu e em nós, existentes, atuantes e falantes. Nessa sincronia, a harmonia interior, reconhecida e anuída, exuberava união que, acontecendo, é virtuosa (justa, corajosa, prudente, tolerante e amável): anuência, imo do amor que, sendo amor, é sincero e verdadeiro.

A verdade não pode ser encontrada no estado-de-coisa, nem em algum lugar entre o estado-de-coisa e o estado-de-ser, mas sim no estado-de-ser em si. Nos proferimentos constatativos, a verdade existe provisional, na dependência da melhor atenção e metodologia, de acordo com os

humana, do *etos* - mais sensatos de viver e coexistir junto à natureza: i.e., cosmovisões, ou modos biopsicossociais e psicolinguísticos, de evolução mais virtuosa e ponderada.

informes, dentro dos limites e da compreensão. Nos proferimentos performativos, a verdade não se encontra na “felicidade ou bom sucesso futuro dos anunciados e disposições”, não é previsão nem esoterismo de adivinhação: a verdade tem o seu vetor em nós, as suas raízes são internas, no sujeito fiel à sua palavra, sempre atuando e revelada no presente; está na concórdia e no respeito a um entendimento fiel de si; portanto, locada no imo e âmbito do sujeito falante, autor do ato de fala. Numa perspectiva ampla, histórica, política e formativa, se os atos de fala tendem para a verdade ou não, se são confiáveis em geral, verdadeiros em-si⁵², não é apenas em observações projetadas em outros contextos, nas pegadas ou nos rastros: observa-se a verdade, de imediato, na congruência da expressividade, frontalmente, em conjunto com o estado geral de ser e de fato. A veracidade, como fenômeno e processo, faz parte da linguagem, é o comando e a força do ato de fala, denotada e conotada como impressão imediata, raio de força qualitativo: revelando uma congruência global e causal (substancial, eficiente, formal, final), não uma relação observada em laboratórios, ou pautada nos intervalos e limites do espaço/tempo. A verdade ou mentira, a virtude ou a ignorância transpassam a linguagem em tempo real, porque correlatam à natureza do estado-de-ser, ao *etos*, em sintonia ou dissintonia apreciada de imediato: a est-ética assentada na profundidade do *etos* é o comando da pragmática de Habermas. Trata-se da realidade atual, agregada no presente; a realidade societária, global, alocada e incrustada no círculo causal: a função da verdade como um processo conectivo apontando para ver e dando para constituir o que de fato se intenciona, locuta, ilocuta e perlocuta; independentemente do que se deseja “representar”, “supor”, ou fingir representar no quarto ato⁵³. Verdade se evidenciando de imediato, na justaposição etológica compartilhada do estado-de-ser, assim como historicamente: o mundo dos homens não nasce conosco, com nossa palavra singular; uma evidência implícita no segundo ato de fala de Habermas - o ato constatativo – funcionando, validando veracidade sociocultural.

DO ATO DE FALA ORTOLOCUTÓRIO

Para compreender que a veracidade da linguagem pertence ao ser, que vem do coração, do amor ou desamor, da virtude, é necessária a compreensão da sua origem. Na sua origem, por inteiro, é um ato perlocutório: grunhidos, onomatopeias, faces, gestos, toques, contatos que progridem significando sempre mais, até formar linguagens: tribais, comunitárias e societárias que extrapolam em “universais” como o “politiquês”, o “economês”, o “new speech” denunciado por George Orwell, em “Politics and the English Language,” 1946. Ato de fala é ato de ser, é seidade⁵⁴, como realização assentada em causas operantes no ser falante; o ato de fala é como um todo interperformativo, interperlocutório. Aprende-se a falar interagindo com o corpo por inteiro, com o seu e o do outro, do mundo; a fala se constrói agindo e fazendo. Inicia-se a falar no corte do cordão umbilical: o ato inicial é um choro, expressão de uma separação, o ato locutório é

⁵² Não sendo “bem-sucedidos” apenas acidentalmente, não se revelando “felizes”, como dito na teoria de Austin, apenas em conferências posteriores.

⁵³ O *quarto ato* de fala - ato de fala representativo – funciona transitando e validando caracterizações: pretendendo participar modos de ser e características existenciais - a sua referência central é a natureza e identidade do sujeito.

⁵⁴ Como já informado na nota nº1: seidade: neologismo apontando o estado-de-ser genérico, humano, termo contrastando com ipseidade significando estado-de-ser singular no pensamento de Duns Scotus, scotismo, (c1265-1308), i.e., o caráter particular, individual, único de um ente, que o distingue de todos os outros; ecceidade ou ipseidade – o termo foi recuperado no século XX pelo heideggerianismo.

feito de um “fone-choro” (linguagem universal); de um “fático” integrado à gramática existencial e ao todo subjacente⁵⁵ e finalmente de um “rético” gritando com clareza as dores, consolos e prazeres dos mistérios da individuação e comunicação em busca de comunhão. O nascimento concretiza uma vida, uma iniciação. Uma ciência como uma trama amarrada nos tecidos e órgãos, revestida de sentimentos brutos e polares: satisfações, insatisfações; calma, ansiedade; prazer, dor; acenando sensações ambientais internas e externas: plenitude, saciedade; frio, calor, umidade ou conforto; em outras direções, movimentos e choques, fascinações e horrores; luzes, sons, sabores e cheiros. Uma ciência estabelecendo conexões, nexos e coerência, atos de fala; um dia, o indivíduo confirma o próprio nome; testando veracidade, nasce uma nova conquista existencial nos arcanos do ser, um foco de vida interativa e falante, agindo numa comunidade. Houve um nascimento, o surgimento e a completude de um estado-de-ser, uma formação geradora de ciência humana, tradição cosmo-existencial oriunda do imponderável, transformando-se, evoluindo. O posicionamento eco-humanista parece seguro e bem coordenado, a trama envolve toda a percepção, sem dicotomia fundante, mais ainda: prolonga-se nos seus eixos abstratos e imaginários em todas as direções, até ao infinito: conectividade plena, local e universal.

O ato de fala acontece e se estrutura no âmbito do estado-de-ser, é a sua expressão: não pode ser estudado a contento como produto, apenas como processo, produção formadora. Trata-se de uma operação existencial dinâmica, como uma enzima universal, formando e transformando os falantes, os comunicantes, e o contexto onde ocorre a comunicação. É um ato comunitário (comunicação *in situ*) cuja perlocução é formadora universal de modos de ser, visões, ações e contextos. Nasce-se mergulhado na nebulosa e no mar da natureza e das perlocuções, onde, em vez de permanecer como um objeto flutuando à deriva nas ondas da gramática e lógica sociocultural, torna-se possível tomar conta do leme ao qual estamos ligados, apoderar-se de uma visão e ação, expressando atos de fala libertos e abertos, com autoridade afirmada. Essa liberdade poderá ser verdadeira, carregando verdades, quando irradiada a partir de uma visão madura, estabelecida, ciente e filosófica: com conhecimento bem sentido e aceito do etos, do estado de ser indiviso abertamente confrontado, borbulhando estética e ética, coisas para ver, sentir e falar justamente. Essa causalidade formadora dos atos de fala pode ser apreendida nos acordos da filosofia de Aristóteles, como quaternária: “substancial”, “eficiente”, “formal” e “final”. O ambiente biopsicossocial – fenômeno sujeito/objeto - imperando no momento onde se nasce, batizado no mar da perlocução, sela e impregna um tônus existencial, um clima fundante, um estado-de-ser atual, a realização e iniciação de uma identidade: portanto o ambiente biopsicossocial pode ser considerado a *causa substancial* (ou material) do ser em contexto, estado-de-ser e de fala dotado da luz natural da razão. Nesse contexto (na estruturação progressiva da razão, das distinções, do entendimento, de si, do outro, do mundo), desenvolve-se a autoconsciência, formando uma visão de si: o grau de consciência e sapiência, precisão e lucidez, dessa visão, é a *causa eficiente* do estado-de-ser. A introjeção de ideias, conceitos, normas, usos e costumes, feitos, cultura e etiqueta impregnam os valores, critérios e crenças:

⁵⁵ Do lado de lá, a mãe, um todo, de quem era órgão, uma parte; do lado de cá, um indivíduo: entre os dois um espaço, um intervalo que abre, fecha e se preenche nas junções e nos toques múltiplos do sensório (da pele, das vozes, das luzes, dos alimentos, perfumes e sabores) e dos atos.

erigindo um modo educado de ser – esse dinamismo educativo é a *causa formal* do estado-de-ser. A capacidade criativa disponível, crítica, vital, ou a sua ausência, i.e., o quantum disponível de criatividade e o seu cultivo em busca da realização filosófica ou de entendimentos mais sensatos é a *causa final* do ser em contexto, estado-de-ser e de fala, dotado da força e luz natural da razão. A dificuldade em perceber bem os *atos de fala* regentes, na atualidade, a partir dos seus contextos fundadores e históricos, deriva de diversas causas. Uma delas é simplesmente o receio da responsabilidade, a dificuldade de discernir, e aceitar, que o amplo e profundo compasso do *verbum*⁵⁶ retorna. Espiras abertas de conceitos estendendo-se no tempo, da remota pré-história aos dias de hoje, atualidade onde o eco se “presencializa” (ou “presentifica”): um imenso círculo de palavras moldando e *perlocutando* o planeta e a humanidade, circulando e girando como uma broca, abrindo buracos na camada de ozônio, desflorestando, construindo e sustentando pirâmides ciclópicas de papel, capitais de concreto e entidades nacionais; ou então instituindo um fórum mundial, um círculo dialógico assentado em valores reais e naturais, lastrados de verdade: um ciclone de falas rodopiando em direção ao sucesso cósmico-existencial, ou ao fracasso apocalíptico teológico, faraônico.

A realização dessa “veracidade” no domínio construtivo da fala (no campo das *perlocuções* na terminologia de Austin, aqui, num sentido mais amplo e existencial) dá-se a conhecer como uma congruência necessária, global e de amplas perspectivas, entre o que se intenta e se revela (ou se constitui): não apenas ocasional, pautada nos intervalos e limites estreitos de uma linha de espaço-tempo estendida entre uma frase dita agora e o que acontece adiante. A veracidade – função de verdade - é um *dar-se* pleno e esférico, circular, da natureza humana de acordo com a sua virtude ou falta dela; um *dar-se* observado na realidade, como uma impressão imediata e já constituída no condão, atualidade e tradição, da palavra. Trata-se de um processo de veracidade revelado, e se revelando, apesar das ditas e faladas “pretensões” pontuais. Falar é agir, não apenas notificar; é agir no presente, no ato da fala, na expressão de todas as ilocuções e perlocuções. Falar é uma performance impregnando o real de mandos atuantes: dos ditos, propagados, e não ditos, segredos destilados nos comitês e nas *arrière-pensées*, uma performance gritando de imediato as suas afiliações: criatividade renovadora e lúcida, vital, ou conservadorismo retrógrado, apego. Portanto, como ser capaz de fortemente agir sobre si mesmo, contexto e ambiente, o ser humano é cocriador, passivo, por omissão, ou pró-ativo. Nesse processo de construção, a lisura da intenção é o que mais conforma o real com a vontade,

⁵⁶ A criatividade e circularidade do *verbum* foi, de certa forma, apontada em Austin em dois trechos diversos de “*A Plea For Excuses*”: 1) “O nosso estoque comum de palavras incorpora as distinções que a humanidade achou por bem desenhar, as conexões que os humanos acharam valiosas fazer, num tempo de vida imenso de muitas gerações: essas são certamente mais numerosas e mais úteis (já que passaram no teste evolutivo da sobrevivência do melhor), e mais sutis - pelo menos nos assuntos práticos, comuns e habituais - de que quaisquer outras palavras que poderão ser criadas meditando no canto do um terraço”. 2) Austin propõe um jogo de palavras para desenvolver o entendimento de um *conceito chave*: “usar um dicionário e achar uma seleção de termos correlatos ao conceito em estudo; prosseguir procurando o significado de cada palavra: observa-se que a lista de palavras começa a se repetir fechando um ‘círculo familiar’ de conceitos”. <http://kaulins2.blogspot.com/2006/09/john-langshaw-austin-1911-1960.html>).

mas são três os processos de veracidade: 1) a veracidade das medidas e métodos científicos regidos pela exatidão das epistemologias aplicadas, garantindo adequados resultados; 2) a veracidade dos consensos representando alguma faceta do bom senso e da boa vontade dialógica coletiva; 3) a veracidade da relação íntima, própria, entre o ser como essência, sua autodescrição e virtude resultantes: reconhecendo-se como válido, bom e virtuoso, existencialmente bem locado, *in situ*, o processo da verdade trará veracidade conectando essa virtude ao mundo: descrição central, solar e pontual de si mesmo, irradiando as atuações múltiplas da palavra legitimada na conformação e anuência ao que é - sem extrapolações levianas. A palavra será sincera, por ela, o falante definir-se-á e reconhecer-se-á como virtuoso, originalmente. A sua boa e justa intenção será espelhada na sua fala através de palavras certas e virtuosas, proferidas nos encontros de ouvintes atentos e igualmente sinceros. Os consensos decorrentes (eventualmente necessários à execução e realização das ideias e conceitos) serão os mais justos e adequados possíveis. A aplicação, por consenso, de procedimentos desenhados à luz de técnicas e tecnologias, desenvolvidas de acordo com o mais adequado método científico, produzirá uma realidade adequada, em harmonia ou sintonia com o que se diz, pensa, intenta e fala. A palavra poderá demonstrar o seu condão. A conexão entre os ditos e as ocorrências não serão caóticas, “acidentais”.

Se no âmbito geral de um indivíduo, ou sociedade, a realidade não se apresenta como se deseja e se quer, então diversos problemas poderão estar ocorrendo nos encaminhamentos processuais, no processo da verdade: 1) a ciência e métodos usados poderão ser sistematicamente ineficazes; 2) os consensos, ou a concórdia, internos ou sociais, poderão não se estabelecer (o que se fará democraticamente poderá não corresponder ao que deveria ter sido feito, caso os consensos tivessem sido plenos e adequados, não exclusivos); 3) o que se intenciona e deseja, ativamente ou por omissão, não é o que de fato se diz ou declara, a não ser, como no caso da figura retórica de Descartes, o “demônio enganador”, que um ser maligno esteja, de modo constante e regular, torcendo os intencionados pensados e ditos pelos não intencionados, não pensados e não ditos: sendo a resultante o oposto do anunciado. No caso da nossa sociedade, onde o senso comum indica imperar a injustiça, a guerra, a trapaça, onde os discursos políticos, desenhados nos sigilos dos conchabos partidários, não correspondem ao que se faz e realiza, onde reina a insatisfação, os problemas sociais, e onde a criminalidade abunda: é evidente que os discursos proferidos em tribunas não acompanham as decorrências. Afinal, se pudéssemos proferir o resumo descritível das décadas mais recentes de eventos políticos e econômicos ocorridos no planeta, em todos os azimutes, esse imenso *abstract*, em concordância com os fatos, não informaria coisas correspondentes ao que se diz nos discursos, mas sim algo como dito a seguir:

DA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PODER CONQUISTADO POR IMPOSIÇÃO: os fins justificam os meios sendo os fins a proteção do “satus quo”, e isso exige a necessidade de tomar conta do sistema monetário. Capturar e monopolizar todos os valores aptos a serem usados como moedas, regular o mercado, a produção e a sua distribuição de acordo com a nossa vontade soberana. Para manter o sistema operando, é igualmente necessário estudar a psicologia das massas e a arte do seu controle através da mídia e da retórica, dos discursos e da educação. Não abusar na emissão da fidúcia passa a ser um cuidado essencial: os países terão a sua moeda posta em paridade com a moeda dominante. Com cuidado e atenção, poderemos chegar ao controle

absoluto: usufruir um império maior do que os precedentes. Será possível controlar ideias, saberes e fazeres; a história que se faz e a que se conta. O controle será apenas limitado e obstruído pela plasticidade da natureza e da vida no planeta: talvez nem isso, graças à fieldade dos nossos cientistas investigando os transgênicos e os segredos da vida. Todos serão fichados, registrados, numerados, acompanhados pela burocracia. Nada escapará ao controle. Religiões, jogos, espetáculos, bebidas, drogas e conflitos, serão elementos importantes para o melhor domínio dos povos. A inutilidade de qualquer resistência será demonstrada fazendo desaparecer cidades, estados e nações sem oposição. A verdade será tão parecida com a mentira que nem mesmo a filosofia poderá estabelecer a diferença; viver-se-á um simulacro de justiça. O “mundo das ideias”, em operação, será o nosso mundo operando através do dinheiro, sua distribuição e controle absolutos. O sistema será a ideia do mundo, a via do conhecimento, o mentor e o chefe ideal de todos os projetos. O mundo será como o quintal de uma casa, da nossa casa. Os presidentes dos estados serão como chefes das nossas oficinas e canteiros de obras. Cada área será dedicada a algo específico: uns fornecendo mão-de-obra mais barata, obedientes; outros, matéria-prima, técnicos e burocratas. Ninguém ousará nos desafiar e expor-nos, parecerá um delírio, uma injustiça ou conspiração. Como a hidra de mil cabeças da mitologia, seremos imortais e perenes.

Em hipótese alguma, o grande *abstract* oficial diz o contrário: prega um forte aviso de paz, prosperidade, sinceridade, justiça, igualdade, fraternidade, liberdade, esperança e amor, invoca “luz, em nome de Deus” - a essência da melhor filosofia humanista junto à maior pieguice. Ora, postulando, até provarem em contrário, não existir um gênio maligno como imaginado por Descartes, torcendo tudo às avessas; nem tampouco ser a nossa ciência desastrosa ao ponto de jamais resultar em nada funcional; nem as nossas urnas e pleitos serem sistematicamente falsificados, só nos resta supor que a sinceridade e simetria, forçosamente pressupostas por Habermas, não operam. Caso operassem, o discurso acima - “da conservação e manutenção do poder” - seria a norma explícita, ouvida e repetida em todas as tribunas; apenas nesse caso o discurso traria veracidade; mas, profundamente ignorante, seria uma “verdadeira ignorância”. O ser em estado parece em dúvida nesse dilema existencial: quem deveria servir nesse mundo cambiante; a si mesmo e seu clã acima de tudo, ou, de modo inclusivo, servir igualmente, fraternalmente, com criatividade ao outro e a todos; ao meio a partir da consciência do estado-de-ser? Ele tende a reagir às dificuldades, problematizando o estado-de-ser em si, a si mesmo, ao ponto de sentir-se inadequado.

A veracidade dos atos de fala se revela no ser: 1) ela se comunica; declara e demonstra uma maneira de ser: ingênua, harmoniosa ou não. 2) A veracidade se constata e situa; explicita, contextualiza uma situação, um estado-de-ser: bem ou mal. 3) A veracidade se normaliza e discerne; coordena e demonstra limites, causalidade e necessidade: força ou fraqueza. 4) A veracidade que se apresenta; explicita um estado-de-ser, patenteia uma seidade⁵⁷: bem-estar ou mal-estar. 5) A veracidade e realidade do estado-de-ser é a sua virtude; revela o grau de lucidez, clareza e pureza da sincera intenção. Caso, algum dia, os *atos de fala*, expressos de norte a sul e pregados nos púlpitos e tribunas chegassem a demonstrar tanto a boa práxis quanto a boa hermenêutica, reivindicariam com firmeza: 1) a potencialidade real de estado-de-ser adequado, essencialmente honrado e virtuoso; 2) discerniriam a experiência existencial como um momento

⁵⁷ Ver nota nº 1, p. 03.

esplêndido, deslumbrante, dando-se no âmbito de uma natureza grandiosa e sublime; 3) declarariam o estado-de-ser pleno e cabal no exercício da superação das suas provas em busca de excelência e primazia moral. Outros *atos perlocutórios* germinariam, confirmando e dando suporte a outras realidades. Em todo caso, contribuindo com mais eficiência para fomentar a redescoberta da “palavra perdida”: sua força sincera, criativa e harmonizadora: sua maioridade filosófica.

Harmonia ou desarmonia, bonança ou adversidade, força ou fraqueza, felicidade ou infelicidade, sapiência ou ignorância, abundância ou carência estão à vista na sociedade dos seres: impossíveis de esconder. A boa verdade, a sabedoria que irradia, muito ou pouco, subjacente aos atos de fala, é a virtude cultivada do *Logos*: justiça, coragem, prudência, temperança; diversidade, liberdade, unicidade, fraternidade e igualdade.

Régis Alain Barbier, Aldeia, Pe.

BIBLIOGRAFIA

- 1) Austin, J. L.; artigos Internet com algumas citações importantes de: “How to Do Things With Words”; “Sense and Sensibilia”; “The Meaning of a Word”; “A Plea For Excuses” - John Langshaw Austin.
<http://kaulins2.blogspot.com/2006/09/john-langshaw-austin-1911-1960.html>
- 2) Costa, C.; Filosofia da Linguagem / Cláudio Costa. 2ª ed. RJ: Jorge Zahar Ed., 2003
- 3) Huisman, D.; Dicionário dos Filósofos; as entradas sobre Austin e Habermas no Dicionário dos filósofos / Denis Huisman – São Paulo: Martin Fontes, 2001.
- 4) Kappel; A.; artigo resumido sobre: “How to do things with words” de John Langshaw Austin by Alexandra Kappel, June 1998:
<http://www.spectrum.unibielefeld.de/Classes/Summer98/PragSemHypertext/FehnMuencker/jlaustin-John.html>
- 5) Wittgenstein, L.; Tractatus Logico-Philosophicus; Routledge classics; New York, 2005.